



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
Secretaria de Ensino a Distância

O PROJETO  
DE MONOGRAFIA  
EM HISTÓRIA  
ANTIGA

~ Uma odisseia de desafios: ~

*Uma jornada em busca de conhecimento  
sobre os saberes acadêmicos*

**Érica Cristhyane Morais da Silva**

UFES – Vitória  
2017

**Presidente da República**

Michel Temer

**Ministro da Educação**

José Mendonça Bezerra Filho

**Diretoria de Educação a Distância****DED/CAPE/MEC**

Carlos Cezar Modernel Lenuzza

**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO****Reitor**

Reinaldo Centoducatte

**Secretária de Ensino a Distância – SEAD**

Maria José Campos Rodrigues

**Diretor Acadêmico – SEAD**

Júlio Francelino Ferreira Filho

**Coordenadora UAB da UFES**

Maria José Campos Rodrigues

**Coordenador Adjunto UAB da UFES**

Júlio Francelino Ferreira Filho

**Diretor do Centro de Ciências****Humanas e Naturais (CCHN)**

Renato Rodrigues Neto

**Coordenador do Curso de Graduação****Licenciatura em História – EAD/UFES**

Geraldo Antonio Soares

**Revisora de Linguagem**

Tânia Cristina Vargas Canabarro

**Designer Educacional**

Otávio Lube

**Design Gráfico**

Laboratório de Design Instrucional – SEAD

**SEAD**

Av. Fernando Ferrari, nº 514

CEP 29075-910, Goiabeiras

Vitória – ES

(27) 4009-2208

**Laboratório de Design Instrucional (LDI)****Gerência**

Coordenação:

Letícia Pedruzzi Fonseca

Equipe:

Fabiana Firme

Luiza Avelar

**Diagramação**

Coordenação:

Letícia Pedruzzi Fonseca

Thaís André Imbroisi

Equipe:

Andre Veronez

**Ilustração**

Coordenação:

Priscilla Garone

Equipe:

Thays Silva

---

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

S586p

Silva, Érica Cristhyane Morais da, 1975-

O projeto de monografia em história antiga-uma odisseia de desafios [recurso eletrônico] : uma jornada em busca de conhecimento sobre os saberes acadêmicos / Érica Cristhyane Morais da Silva. - Dados eletrônicos. - Vitória : Universidade Federal do Espírito Santo, Secretaria de Ensino a Distância, 2017.

57 p. : il.

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-63765-91-8

Modo de acesso: <Disponível no ambiente virtual de aprendizagem – Plataforma Moodle>

1. História antiga. I. Título.

CDU: 94(100)



Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir deste trabalho para fins não comerciais, desde que atribuam ao autor o devido crédito pela criação original.

A reprodução de imagens nesta obra tem caráter pedagógico e científico, amparada pelos limites do direito de autor, de acordo com a lei nº 9.610/1998, art. 46, III (citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagens de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, indicando-se o nome do autor e a origem da obra). Toda reprodução foi realizada com amparo legal do regime geral de direito de autor no Brasil.



# Sumário

CAPÍ  
TULO

00 1 00



CAPÍ  
TULO

00 2 00







# Apresentação



OS ESTUDOS SOBRE O MUNDO ANTIGO E, PARTICULARMENTE, sobre as sociedades clássicas se ampliaram nos últimos anos no contexto brasileiro. Houve um aumento expressivo do número de especialistas na área e uma visível atuação desses em Programas de Pós-Graduação já existentes; uma tímida, porém importante política de criação de novas Pós-Graduações que possibilitam a expansão de ofertas de vagas ao especialista, mas, sobretudo, se observa um avanço significativo na quantidade de conclaves acadêmicos que ocorrem ano a ano no Brasil. Estes eventos evidenciam a abundância de pesquisas, a diversidade de abordagens e instrumentais teórico-metodológicos adotados pelos historiadores nacionais bem como ainda apresentam a variedade de temas e documentos utilizados para compreender as histórias da Grécia e Roma antigas, produção histórica majoritária escrita no Brasil. Em especial, o uso da cultura material em estudos históricos tem aumentado significativamente. São iniciativas tanto individuais quanto coletivas, suscitadas por eventos em nível universitário, que contribuem para uma ampliação das temáticas estimulando novos debates. Difícil imaginar, por exemplo, há algumas décadas, um estudo, em terras brasileiras, que se

fundamentasse em grafites, em iconografias, em numismática, em estatuária. Assim, a História Antiga e Clássica escrita no Brasil, além de apresentar uma vitalidade particular, um alargamento de tipos e categorias de documentos, se caracteriza ainda por um movimento interdisciplinar que aproxima a História Antiga da Arqueologia entre outras áreas do conhecimento humano.

Essa expansão da produção historiográfica e da pesquisa brasileira sobre o mundo antigo se amplia exponencialmente também em outras direções. Em primeiro lugar, podemos verificar um aumento significativo de publicações especializadas, sobretudo, em revistas eletrônicas (veículo importante mas que só recentemente tem recebido uma atenção maior), periódicos acadêmicos (os quais se constituem como *locus* tradicional de publicação), coletâneas (publicações mais recorrentes e de maior difusão, geralmente, resultado de eventos realizados seja regionalmente, seja em nível nacional), publicações de dissertações e teses (que recentemente têm se tornado mais frequentes, principalmente, com apoio de agências de fomento ou mediante apoio institucional de editoras universitárias ou ainda por iniciativas individuais e privadas). Em segundo lugar, por meio dos conclave acadêmicos que se tornaram mais específicos e circunscritos ao conhecimento do mundo antigo. Em 2000 a realidade era outra, os pesquisadores e estudantes de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado em História Antiga se incluíam, quando possível, em mesas redondas, comunicações e simpósios em eventos acadêmicos mais amplos. A SBEC — Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos se constituiu e ainda se constitui em um importante canal de difusão e promoção

dos estudos clássicos, inclusive de História Antiga. Mas foi com a ANPUH — Associação Nacional de História — e os eventos promovidos por essa associação que veio a ser criado, em 2001, um grupo articulado nacionalmente e específico de professores e pesquisadores da área de História Antiga: o Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA). Esse passo foi importante na medida em que contribuiu para o contínuo intercâmbio e o diálogo entre os especialistas em âmbito nacional. O evento realizado pelo GT de História Antiga, que ocorreu no de 2014, na cidade de Natal-RN, no Nordeste do Brasil, nos evidencia mais uma face desse movimento de expansão da subárea de História Antiga. O VIII Encontro Nacional de História Antiga do GTHA da Anpuh — com o tema da Identidade no mundo antigo, pesquisa, diálogos e apropriações — no caderno de resumos, se declara:

Ressaltamos que, pela primeira vez, a reunião do Grupo de Trabalho de História Antiga (GTHA) ocorre na região Nordeste. Com o avanço dessa área do conhecimento histórico por todo o território brasileiro, acreditamos que os encontros do GT de História Antiga tornam-se cada vez mais essenciais para a manutenção do diálogo e do debate entre historiadores e professores que atuam na área (BATISTA; VASQUES; LIMA, 2016, Apresentação).

Como podemos observar, a expansão também é de natureza territorial, mediante a presença de especialistas, além do circuito Rio-São Paulo. A programação desse evento apresenta outras características importantes da produção historiográfica brasileira recente acerca do mundo antigo: 1) uma aproximação

mais efetiva entre duas áreas de conhecimento que se referem ao mundo antigo, a Arqueologia Clássica e a História Antiga; 2) a apresentação de estudos sobre as sociedades orientais, temas que são categorizados sob a rubrica de “usos do passado”, bem como a inclusão de estudos sobre toda uma gama de “produtos da indústria cultural” (ROSA; MARQUES; TACLA; MENDES, 2011, p. 9–11).  A criação e multiplicação de centros, núcleos, laboratórios e grupos de pesquisas sobre a antiguidade em várias regiões do território nacional também denotam a vitalidade e a ampliação da área: Núcleo de Estudos em História Medieval, Antiga e Arqueologia Transdisciplinar (NEHMAAT — UFF); Núcleo de Estudos da Antiguidade (UERJ); Laboratório de História Antiga (LHIA — UFRJ); MAAT — Núcleo de Estudos de História Antiga (UFRN), *Vivarium* — Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medieval (originalmente em UFMT, em 2013, expandiu com Núcleos no Nordeste (UFBA), Centro-Oeste (UFMT) e Sudeste (Universidade Federal do Triângulo Mineiro); NEREIDA — Núcleo de Estudos de Representações e Imagens da Antiguidade (UFF); NERO — Núcleo de Estudos e Referências da Antiguidade e do Medieval (UNIRIO); NEMED — Núcleo de Estudos Mediterrânicos (UFPR); Centro do Pensamento Antigo (CPA — Unicamp); LABECA — Laboratório de Estudos sobre a Cidade Antiga (MAE-USP); Núcleo de Estudos Antigos e Medievais (UNESP/Assis); Centro de Estudos Interdisciplinares da Antiguidade (CEIA-UFF); *Mnemosine* — Laboratório de História Antiga e Medieval (UFMA); Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR-USP) que apresenta seções regionais (LEIR-ES; GLEIR-UNESP/Franca; LEIR-UFOP; LEIR-UFMG; LEIR-UNIRIO; LEIR-UFTM; LEIR-Unipampas; LEIR-UFCG). 

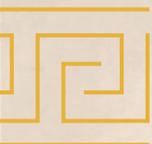
O Laboratório de Estudos sobre o Império Romano (LEIR), em particular, “com o propósito de estimular a pesquisa especializada sobre o Império Romano” (<http://www.leir.ufop.br/>) vem produzindo um impacto e um direcionamento importante na produção historiográfica nacional e na formação de profissionais na área de História Antiga. A promoção dos estudos sobre o Império Romano produziu mais teses em história de Roma antiga e um interesse significativo sobre o contexto da Antiguidade Tardia e a História do Cristianismo nesse contexto.  Entre os anos de 2014 e 2016, vários eventos se realizaram e foram promovidos também pelo LEIR na sua seção do UFES/ES (<http://www.leir.ufes.br/>), coordenado pelo Prof. Gilvan Ventura da Silva: VI Encontro do LEIR/ES — *Fontes para o estudo da História Antiga e Medieval, textos inscrições e imagens*, nos dias 14 e 15 de abril de 2014; III Ciclo de Palestras — LEIR/ES — *Conflito, Religião e Poder no Mediterrâneo Antigo*, nos dias 20 a 24 de outubro de 2014; I Colóquio Luso-Brasileiro de Estudos Clássicos — *Cotidiano e sociabilidades no Império Romano*, entre os dias 11 e 13 de novembro de 2014; IV Ciclo de Palestras — LEIR/ES — *Cidade, poder e cotidiano na Antiguidade Clássica*, entre os dias 30 de novembro e 04 de dezembro de 2015; V Ciclo de Palestras — LEIR/ES — *Religião, magia e poder no Mediterrâneo Antigo*, entre os dias 03 e 07 de outubro de 2016. Por fim, em 2016, foi realizado o I Colóquio Internacional de Estudos Greco-romanos — *Espaços do sagrado na cidade antiga*, realizado entre os dias 23 e 25 de novembro de 2016. E, na seção UNESP/Franca, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Margarida Maria de Carvalho, ocorreu o VI Encontro Internacional do Grupo do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano da UNESP/Franca: *Saberes em*

*pauta: manifestações político-culturais na Antiguidade Clássica e Tardia* nos dias 4 e 5 de novembro de 2014.  Essa nova realidade e as novas tendências da escrita, pesquisa e especialização em História Antiga no Brasil põem em pauta, por conseguinte, as exigências de uma formação profissional que impõe desafios. Em 2000, Ana Teresa Marques Gonçalves, Professora Dra. da UFG, em artigo publicado na Revista Dimensões, listou uma série de desafios da pesquisa em História Antiga no Brasil. Dentre esses desafios, Gonçalves destacava: **1)** as poucas instituições que ofereciam pós-graduação em História Antiga; **2)** a concentração da maioria dessas instituições no Sudeste do país; **3)** a precariedade de nossas bibliotecas em relação ao acervo específico ao mundo antigo; **4)** a dificuldade da barreira linguística uma vez que poucas seriam as traduções de documentações escritas para o português, dado que nosso alunado seria em sua maioria proficiente apenas na língua pátria. Dezesete anos depois, o impacto produzido pela ampliação e criação de centros, grupos, laboratórios e núcleos de pesquisa em História Antiga, o aumento e criação de novas linhas de fomento (existência de bolsas na modalidade sanduiche, o Ciência sem Fronteiras, no momento, suspenso para reformulação conforme última notícia, em 2016, apresentada no sítio do Ministério da Educação) das agências de financiamentos federais (CNPQ e CAPES) e estaduais (FAPES e FAPESP) já se faz sentir e a realidade traçada pela Prof.<sup>a</sup> Ana Teresa Gonçalves, em 2000, já pode ser atualizada. A oferta de cursos de idiomas (inclusive Latim e Grego) é maior tanto presencial quanto virtual mediante cursos a distância. Os alunos e candidatos à mestrado e doutorado podem ter opções de realizar a especialização num maior número de Universidades,

dado o aumento de profissionais e seu previsto credenciamento em Pós-Graduações, ou optar, em caso de doutoramento, pelo Curso de Doutorado Pleno no Exterior mediante processo seletivo para pedido de recursos às agências de financiamento nacionais e internacionais. E os destinos para a realização de cursos no exterior são, sobretudo, para Universidades do Reino Unido, França, Espanha, Grécia, Itália, EUA e Austrália. Assim, a realidade da pesquisa em História Antiga apresenta significativa vitalidade e expansão.  O interesse pela História Antiga pode e deve, portanto, ser estimulado e despertado desde o nível de graduação. A monografia em História Antiga pode constituir, desse modo, como um primeiro passo, dentre outros como a inserção em Programas de Iniciação Científica, em direção à busca por uma profissionalização e especialização em História Antiga. Esse passo implica, contudo, um conhecimento mais específico acerca da subárea de História Antiga, seus objetos de investigação, as particularidades de seus documentos e abordagens. Para explicitar, *grosso modo*, essas particularidades e especificidades da subárea que nós produzimos esta obra. Em outras palavras, para auxiliar o aluno iniciante que se interessa em desenvolver pesquisas na subárea de História Antiga que oferecemos esse manual que apresenta alguns aspectos e elementos importantes para a confecção de um Projeto de Pesquisa em História Antiga. 

Que esta seja uma odisseia de desafios  
e uma jornada que lhes acresçam conhecimentos múltiplos.

A autora 



## A História Antiga e seus objetos de pesquisa



ESCRITA E A CONCEPÇÃO DO QUE VENHA A recair sobre a subárea de História Antiga na atualidade se apresentam muito mais inclusivas, dizendo respeito significativamente mais às histórias antigas, no plural, do vinha sendo estudado, pesquisado e ensinado sob a categoria de História Antiga em algumas décadas passadas. Nesse movimento de expansão da pesquisa em história da Antiguidade, muitas outras histórias parecem ter sido absorvidas como sendo da esfera dessa área de conhecimento. Em 2010, na Inglaterra, por exemplo, era perceptível a inserção das histórias do Islão, da China em importantes colóquios realizados na University of Oxford. A História Antiga deixou de se restringir, particularmente, à história da Grécia e de Roma clássicas e passou a englobar a história dos diferentes povos, em diferentes épocas, que habitaram as regiões do Oriente Próximo e Crescente Fértil, da região do Levante e Península Arábica, do Extremo Oriente (Índia, China antigas), da Bretanha, Egito e Mesopotâmia. História Antiga passou a ser a história dos diversos povos no tempo e no espaço: Gregos, Romanos, Celtas, Persas, Árabes, Hebreus, Assírios, Acádios, Sumérios. No Brasil, esse movimento de ampliação dos conteúdos de pesquisa

sob a subárea de História Antiga só muito recentemente tem recebido importantes incentivos. Em 2013, uma obra publicada com o título *Um outro mundo antigo*, organizada por Katia Maria Paim Pozzer, Maria de Aparecida de Oliveira Silva e Vagner Carneiro Porto (2013, p. 7–9), já indicava em seu *Prefácio*, escrito por Ciro Flamarion Cardoso, as investidas nacionais nesse movimento de ampliação dos conteúdos favorecendo a construção de novos temas e novos objetos de pesquisa em História Antiga:

O título escolhido para este livro coletivo, *Um outro mundo antigo*, parece usar o adjetivo “outro” atribuindo-lhe dois sentidos diferentes. O primeiro deles aponta para as escolhas conducentes ao vasto campo temático coberto, em especial para a forte presença dos estudos orientais, pouco usual no Brasil — presença, mesmo, da história da Índia e do Extremo Oriente, ainda menos frequentada, ordinariamente, nas pesquisas sobre a Antiguidade neste país. O segundo sentido do adjetivo “outro” indica que, em muitos dos capítulos que integram o volume, houve o desejo de romper com os ângulos ordinários de enfoque e com o que os franceses chamariam de *idées reçues*. Em ambos os sentidos, nota-se a vontade de trilhar novos caminhos. — — — — —



“Trilhar novos caminhos”, essa é uma das premissas de pesquisa em História e, em particular, em História Antiga. O Projeto de Monografia é também fundamentado no princípio de que consiste em uma proposta de pesquisa que apresente um novo olhar, uma nova forma de interpretação, uma *originalidade*, talvez, inclusive temática. Para alcançar a originalidade, em qualquer proposta, a exploração inicial consiste em conhecer a historiografia, as possibilidades de investigação histórica mediante reconhecimento dos tempos históricos, didaticamente constituídos para então pensar em alguma temática.

## 1.1 História Antiga, periodização e recorte cronológico

Historicamente, a periodização é imprescindível mesmo reconhecendo que qualquer periodização seja arbitrária e anacrônica uma vez que os antigos não pensaram suas vidas em termos de fases e divisões (FLOWER, 2010, p. 4–6). Os historiadores, estudiosos e especialistas recorrem à periodização ao produzir suas interpretações históricas. Poderíamos dizer que a periodização é como a “espinha dorsal” da História (HORNUNG, 2006, p. 1). De fato, a “Periodização é de vital importância para a História e toda geração tem que (re) considerar o passado em termos de sua própria perspectiva” (FLOWER, 2010, p. 4–6; SHAW, 2000, p. 1). Desse modo, sempre é preciso refletir, problematizar e definir os parâmetros mediante os quais reconhecemos uma determinada história.  O arco temporal e o recorte cronológico são matérias fundamentais e imprescindíveis mediante as quais a história é escrita, interpretada e pensada

pelos historiadores. Assim, pensar em temática e seleção de objeto de investigação histórica é, sobretudo, pensar em quais contextos históricos e qual recorte cronológico (construído a partir dos documentos), em associação também com o espaço, se inserirá o tema de pesquisa. A cronologia da história do Mundo Antigo ainda tem sido, geralmente, fundamentada no sistema de dinastias (história dos governos) cuja configuração cronológica foi herdada de Maneto, sacerdote egípcio do século III a.C., e preservada em sua obra intitulada *História Egípcia*. Assim, desde Maneto, os chamados períodos históricos têm sido divididos em períodos denominados de “dinastias” ou “governos” que se constituem de uma sequência de monarcas, faraós, imperadores, formas de governos (no caso da Grécia, tiranias, democracia, oligarquia), geralmente unidos por fatores como a forma de governo ou o lugar principal de residência desses governantes (SHAW, 2000, p. 1).  A história do Egito, dividido em Dinastias Faraônicas e Períodos de domínio Macedônico, Ptolomaico e dos Imperadores Romanos. A história da Grécia em Período cretense, micênico (dos sistemas palacianos), Arcaico, Clássico e Helenístico. A história de Roma em Período de dominação etrusca, Arcaico, Republicano, Imperial (*Principado e Dominato*). Assim, a partir desse panorama, o arco cronológico referente ao Mundo Antigo, para este curso e para os propósitos da escolha do tema de monografia em História Antiga, se insere entre os séculos XX a.C. e VI d.C., entre os marcos de início, da emergência da sociedade palaciana em Creta e fim do governo do imperador romano Justiniano. Dado esse arco temporal, dentre as possibilidades de pesquisa, em nível de monografia, temos objetos e temáticas na história do Egito antigo, na história da Grécia antiga e na história de Roma antiga, considerando o

acesso às fontes documentais em língua vernácula (caso o estudante de monografia não tenha conhecimento de idiomas).<sup>1</sup> 

O estudante poderá encontrar um auxílio importante para a seleção documental mediante as seguintes obras: **a)** *100 textos de História Antiga*, de James Pinsky; **b)** *O trabalho compulsório na Antiguidade*, de Ciro Flamarion Cardoso. Ou ainda, recorrer à internet na busca por fontes documentais digitalizadas em sites institucionais e que permita acesso integral e de domínio público. O sítio da Universidade de Coimbra (<https://digitalis.uc.pt>), por exemplo, disponibiliza fontes documentais, em português, como a História Augusta.

## 1.2 As Histórias Antigas e alguns contextos históricos e temas por explorar

### 1.2.1 Na história do Egito antigo

#### O estudo do Egito faraônico

A região do Crescente Fértil abrigou duas sociedades antigas importantes, a mesopotâmica e a egípcia. As raízes de nosso mundo contemporâneo remontam às histórias dessas duas grandes sociedades do Oriente Próximo. A Mesopotâmia desenvolveu um



<sup>1</sup> As publicações de fontes documentais em idioma estrangeiro, em especial, inglês, são muito mais abundantes que as documentações traduzidas para o português. Assim, a escolha do tema de pesquisa deve considerar a disponibilidade da fonte documental em idiomas acessíveis ao estudante de monografia (Conferir, por exemplo, o critério de viabilidade, no Capítulo 3, subitem 3.13., nesta mesma obra).

código de leis e é considerada uma das primeiras regiões a produzir escrita, literatura e ser concebida como uma das primeiras áreas onde se surge uma organização estatal. Os egípcios legaram para a posteridade: técnicas de engenharia e arquitetura, conhecimentos de medicina, produção de papiros, apenas para citar algumas das contribuições dessa sociedade antiga. Mas, ao contrário da história da Mesopotâmia, a história do Egito Antigo transcendeu seu tempo e espaço e se tornou um conhecimento popularizado na contemporaneidade. Isso não significa, entretanto, que o Egito deixou de ser um enigma para nós. Ainda há muito o que se compreender sobre a história do Egito Antigo e o tema da economia egípcia tem se tornado um importante lugar de debates efervescentes e profícuos no decorrer das últimas duas décadas. De fato, na História do Egito Antigo, o estudo de elementos que recaem sob a esfera da economia — como, por exemplo, os estudos sobre transporte e comunicação, agricultura, sistema monetário e mercado, trabalho, manufatura — oferece importantes e elucidativas informações acerca das particularidades não somente da economia, mas da sociedade egípcia antiga como um todo, uma vez que não há como compreender as sociedades do mundo antigo como uma realidade que possa ser concebida apenas pela dimensão do “econômico” distinta do “social” e dos âmbitos da “política” e do “cultural”. Não obstante, a economia do Egito antigo ainda permanece uma área de estudo difícil. De acordo com uma historiografia especializada, isso se deve, em primeiro lugar, à existência de algumas divergências entre os estudiosos sobre o recurso ou não às teorias econômicas modernas para se explicar a economia egípcia antiga e, em segundo lugar, em razão da ausência de evidências ou ainda pela dificuldade de

interpretação das documentações que, caracteristicamente, conforme alguns autores, são permeadas pelas ausências de determinados dados ou apresentam imprecisões (BLEIBERG, 2007).

### O estudo do papel e lugar da mulher na sociedade egípcia

O tema da mulher na economia egípcia faraônica se constitui uma das promissoras possibilidades de pesquisa. A História das Mulheres tem trazido muitas contribuições à compreensão da história do Egito antigo. Três importantes evidências nos levam à reflexão acerca do status, do papel e da importância da mulher egípcia.

As duas primeiras evidências estão presentes em uma cena que mostra mulheres timoneiras provenientes de um templo da Dinastia V, do Reino Antigo, em Saquara. Nessa cena, duas mulheres seguram a direção do remo de uma embarcação de carga. Em uma das imagens, em especial os hieróglifos, apresentam a seguinte tradução oferecida por Henry George Fisher (2000, p. 38): “Me entregue o pão com sua mão (mas) não obstrua minha visão com esse gesto enquanto eu estou manobrando o navio no porto”. A julgar por esta inscrição, poderíamos aferir que mulheres também exerciam o ofício de timoneiras no Antigo Egito, pelo menos durante o Reino Antigo (FISHER, 2000, p. 38). A questão em debate na historiografia especializada é como podemos interpretar essas mulheres timoneiras: um caso comum ou um caso excepcional, especial. O debate ainda está em aberto. Contudo, mesmo que seja o caso de mulheres timoneiras serem uma excepcionalidade, o que a cena nos sugere, sem dúvida, é que seria possível o acesso de mulheres a esse ofício. Essa situação é aceita com certa tranquilidade como pertencente a uma cena comum das atividades das mulheres no Egito do contexto faraônico.

 A terceira evidência, rica em detalhes, diz respeito a uma transação comercial e pode ser encontrada no Papiro Cairo 65739 de Deir el-Medina. Segundo Ciro Flamarion Cardoso (1987, p. 83–84), trata-se de um documento também relacionado a um processo legal no qual uma mulher chamada de Iri-Nefert havia comprado uma escrava mediante o pagamento com mercadorias diversas. Na transação comercial, um mercador chamado Raia oferece à Iri-Nefert uma escrava proveniente da Palestina ou da Síria e Iri-Nefert compra a escrava por um preço calculado em prata mas pago em bens. Parte deles ela já os possuía, e a outra parte ela teria que adquirir comprando de outras pessoas (PRITCHARD, 1969, p. 216). Algum tempo depois dessa transação, um soldado chamado Nekhy acusou, legalmente, Iri-Nefert em razão de uma suspeita de que parte do pagamento na compra da escrava se constituía de bens (ou mercadorias) que pertenciam a outra mulher chamada de Bak-Mut (CARDOSO, 1987, p. 83–84; PRITCHARD, 1969, p. 216–17). Esse caso seria, então, examinado em corte e o papiro nos fornece vários dados que contribuem para a compreensão do lugar da mulher na sociedade egípcia. Mas, além disso, fornece evidências valiosas que estimula o estudo de vários aspectos da sociedade egípcia e da história das mulheres nesse contexto. Primeiro, fornece evidências sobre o comércio de escravos e indícios sobre as proporções e valores de pratas no sistema de trocas (GARDINER, 1935, p. 140; BLEIBERG, 2007). Segundo, informa sobre os procedimentos de um processo legal e o sistema jurídico egípcio antigo e a participação da mulher e sua diferenciação sexual no referente à aplicação de penas (FERREIRA, 2013, p. 71–72). Por fim, revela a participação da mulher em transações comerciais e seu papel no âmbito doméstico na fabricação de bens que serviriam

como pagamentos no sistema de trocas no nível local e, por vezes, fora do controle estatal, como vimos ser possível mediante essa evidência do Papiro Cairo 65739, de Deir el-Medina, contrariando uma historiografia tradicional que sugere que não haveria comércio fora do controle do estado faraônico egípcio mediante suas instituições incluindo os Templos. Isso ocorria também no nível público e estatal, como podemos evidenciar com o exemplo da expedição à região do Ponto ordenado pela rainha Hatshepsut e a comercialização e construção dos templos egípcios que demandavam e centralizavam um importante esforço comercial e de mão de obra.



As mulheres parecem ter atuado em diversos âmbitos da sociedade egípcia. Até muito recentemente, o foco dos estudos sobre as mulheres no Egito antigo centrava atenção no estudo das mulheres da elite tendo a rainha Cleópatra como ponto de partida. Atualmente, como podemos observar, pelas evidências aqui apresentadas, é possível uma compreensão do papel da mulher em várias esferas da sociedade considerando todos os estamentos sociais. Não obstante, muito ainda há que se estudar e compreender uma vez que devemos também refletir sobre até que ponto essas evidências representam a excepcionalidade ou o comum na sociedade egípcia. Até que ponto, também, poderíamos compreender o papel da mulher no âmbito do econômico e do social.

### O estudo das cidades do Egito romano

O estudo das cidades e dos seus espaços tem ocupado tanto a agenda de historiadores quanto a de arqueólogos. E vários podem ser os direcionamentos: o estudo dos edifícios, monumentos, das relações entre os grupos religiosos, políticos, sociais das cidades egípcias como, por exemplo, uma cidade cosmopolita como Alexandria, o

estudo dos templos ou das ágoras como espaços de sociabilidade, gerando disputas, conflitos ou interações pacíficas. Os estudos acerca das interações entre “cristãos” e “pagãos” e a destruição e reutilização dos espaços. Esses temas se tornam o lugar dos debates acerca do que, por muito tempo, os historiadores consideraram como um processo de “cristianização” no contexto da Antiguidade Tardia. Assim, os estudos sobre o Egito promovem novos debates e lugares de investigação histórica. Os temas aqui mencionados são apenas uma parcela mínima de um universo imenso de possibilidades de investigação histórica.



## 1.2.2 Na história da Grécia antiga

### A história da Macedônia

A História da Macedônia é integrada ou, pelo menos, considerada junto à História da Grécia Antiga quando, didaticamente, se periodiza e secciona a História do Mundo Antigo. De fato, a Macedônia mantia relações estreitas com a Grécia. Todavia, Macedônios e Gregos também se distinguiam. A história da antiga Macedônia é compreendida por volta do século VI ou V a.C. com a história do Reino dos “Temenidae” de Argos, ou, como a historiografia modernamente denomina, de Dinastia Argéada (SPRAWSKI, 2011, p. 129–130) e entre os séculos VII e VIII d.C. com a Macedônia Romana durante a Antiguidade Tardia. Aqui centraremos atenção ao contexto histórico do Império Macedônio, sob o comando de Alexandre, o Grande (336–323 a.C.), que por mais explorado que possa parecer ainda há muito que se refletir sobre esse contexto histórico, por exemplo, a relação com o Império Persa. As fontes

documentais para o estudo da história da Macedônia e do personagem Alexandre, o Grande, se constitui tanto de uma “cultura material”, como a numismática, quanto de documentação textuais como, por exemplo, Arriano de Nicomédia e Plutarco de Queronea. 

O termo “Império Persa” pode designar o conjunto de Impérios que se estabeleceram na região da Pérsia antiga — “Império Aquemênida” (550–330 a.C.), “Império Parta” (247 a.C.–224 d.C.), “Império Sassânida” (224–651 d.C.) — ou ainda pode ser utilizado como sinônimo de cada um desses impérios considerados individualmente. Aqui nos ocuparemos da história da dinastia Aquemênida iniciando-se, convencionalmente, em 550 a.C. com a ascensão ao trono de Ciro, o Grande, considerado fundador do Império Aquemênida, até 330 a.C. com a morte de Dario III, seguida pela dominação macedônica da Pérsia. Logo, ao utilizarmos a expressão “Império Persa”, nos referiremos ao “Império Persa” da época dos Aquemênida que também é descrito, na historiografia, como o “Antigo Império Persa” ou “Primeiro Império Persa”.

 A historiografia acerca de Império apresenta uma mudança sensível. Uma série de publicações recentes evidencia uma ruptura com uma tradição historiográfica orientada pela perspectiva clássico-helenística e propõe uma busca pela compreensão da perspectiva a partir do ponto de vista do “outro”. Assim, atualmente, também é possível escrever uma história na qual se inclui o papel e o impacto dos Aquemênida a partir da própria perspectiva deles, segundo os próprios termos desses povos. A documentação sobre a história da Pérsia escrita pelos próprios persas, embora existente, é exígua em comparação à produção e vestígios de outros impérios. Todavia, essa documentação nos fornece importantes

chaves de compreensão acerca do mundo persa, no geral, e da história dos Aquemênida, no particular.  A documentação grega e, por vezes, romana acerca da história persa é numerosa e se constitui das obras de vários autores antigos: Heródoto, Ctésias de Cnido, Ésquilo, Beroso, Diodoro Sículo, Plutarco, Estrabão, Tucídides, Xenofonte, Velho Testamento, Arriano de Nicomédia, Aristóteles, Justino, Nicolau de Damasco. Apesar dos problemas oferecidos pela documentação grega, como por exemplo, uma visão heleno-centrista, imbuídas de juízos de valor, essas fontes documentais ainda permanecem importantes para a escrita da história persa. No entanto, a postura do historiador contemporâneo, consciente dessas problemáticas, tem buscado desconstruir as fontes documentais gregas e explorar mais a “cultura material” disponível. Com Alexandre no cenário, nossa tendência é centrar nossa atenção na tradição ocidental que busca sempre uma continuidade com a história da Grécia e a história de Roma, pilares da cultura ocidental.  Essa tendência tem sido revertida, mesmo que timidamente, no contexto brasileiro, talvez em razão das dificuldades de acesso às fontes documentais, talvez devido à falta de disponibilidade de uma historiografia atualizada ou podemos argumentar ainda que seja em razão da exigência de uma formação mais especializada. De uma maneira ou de outra, a tentativa é sempre de se escrever uma história que possa dar a conhecer tanto a história de Alexandre da Macedônia e a história dos Aquemênida bem como a interação entre ambas as histórias dentro do contexto histórico que lhes eram pertinentes. Uma outra possibilidade de pesquisa seria a história da filosofia na Grécia antiga.

## A história da filosofia grega antiga

Geralmente, quando se evoca o tema da “Filosofia na Grécia Antiga”, as primeiras personagens que vem à mente são Aristóteles e Platão. Bernard Williams, (1998, p. 229) diria que, em qualquer lugar do mundo ocidental onde se tenha conhecido a filosofia, Platão e Aristóteles podem ser reputados figuras excelsas pela extensão de suas contribuições e influências às várias áreas de conhecimento contemporâneo. De fato, ambos esses filósofos exerceram e ainda exercem grande fascínio e influência no Mundo Ocidental. Todavia, a história de uma filosofia considerada da Grécia Antiga compreende um arco cronológico extenso que se constitui entre os períodos da Grécia Arcaica até o contexto Helenístico. Em quaisquer desses contextos da história grega, os gregos mantiveram relações e contatos com diferentes povos. A cultura grega se compôs também a partir da interação com diferentes culturas do Mundo Antigo. Além disso, a possibilidade da existência de mulheres envolvidas na filosofia grega antiga desempenhando papéis importantes, podendo significar, inclusive, que estas podem ser concebidas como “filosofas”, abre todo um campo de debates dentro da história da filosofia grega, no particular, e da filosofia antiga, no geral. Logo, refletir sobre o tema da “Filosofia na Grécia Antiga” é considerar todos esses fatores. Caso contrário, a constituição de uma história da “Filosofia na Grécia Antiga” pode se tornar uma história de caráter “heleno-centrista”, não plural, cronologicamente e espacialmente restrita se não considerarmos todo esse caráter diversificado, multicultural do Mundo Mediterrâneo Antigo. 

## O estudo da mitologia

 Os mitos da Grécia foram bastante estudados literariamente, mas pouco interpretados à luz da História Política e Cultural. Os mitos e a mitologia muito podem oferecer à escrita da história da Grécia. Os mitos oferecem explicações e evidências históricas de uma natureza diversa de outros tipos de documentação como, por exemplo, *A História* de Heródoto. O mito das Amazonas sobre o papel da mulher na sociedade grega e os mitos de Penélope e Medeia também contribuem significativamente para a História das Mulheres na Grécia. E o mito do Minotauro contribui para a compreensão da relação entre as *poleis* de Creta e Atenas. Nesse sentido, a mitologia grega pode ser explorada e reconhecida como um importante lugar de reflexões históricas.

## O estudo do espaço da *polis*

O estudo da *polis* que implica o espaço urbano (*asty*) além do espaço do campo (*chôra*) tem sido, nos últimos anos, alvo de interesse dos historiadores. O estudo de várias cidades gregas inclui tanto as cidades mais famosas como Atenas, Corinto, Creta e Esparta como também as menos estudadas como Mileto, Argos, Pérgamo, Priene, Tebas entre muitas outras. Os estudos se direcionam tanto à compreensão do espaço (Ágora, Portos, Templos, Bouleutério, Teatros) como acerca de festivais, mitos de fundação das cidades, conflitos e guerras. O estudo da cidade também se estende ao estudo da cidade romana nesses mesmos parâmetros da produção historiográfica contemporânea. Não obstante, o percurso sobre o objeto de estudo da cidade romana tenha outra trajetória histórica e historiográfica.

## 1.2.3 Na história de Roma antiga

### O estudo das cidades e do espaço

As cidades antigas são, continuamente, um objeto importante de investigação e conhecimento científico sejam entre os sociólogos, os antropólogos, os geógrafos, os economistas, os urbanistas, sejam entre os arqueólogos e os historiadores da Antiguidade. E, de fato, os estudos sobre as cidades é um empreendimento infinito pela abundância de material ainda por ser explorada<sup>2</sup> e pelo que ainda podemos compreender dessa fascinante formação social, político-econômico e cultural bem como em razão da dinâmica multiplicidade de abordagens e teorias disponíveis. Avançamos muito na compreensão acerca da cidade antiga, sua dinâmica, organização e planejamento espacial, sua estrutura administrativa e funcionamento, sua cultura e política urbana, seus conflitos e violências, sua população no âmbito geral e a cada contexto histórico particular. Não obstante, o estudo das cidades antigas ainda é cercado de problemas conceituais, teóricos e de abordagens importantes que suscitam novos debates e novas reinterpretações. Assim, a história sobre as cidades antigas é reescrita, repensada, reconstruída.  Em 1864, Fustel de Coulanges (1830–1889) publica *A cidade Antiga*<sup>3</sup> que, em muitos aspectos, se apresenta como uma obra inovadora e importante na medida em que teve



<sup>2</sup> Joyce Marcus e Jeremy A. Sabloff (2008, p. 3-4) destacam que a expansão de documentação se deve a escavações em andamento e que muito desse material ainda permanece não explorado e pouco acessível já que não tem sido publicado.

<sup>3</sup> N.T.: No original: La cité antique.

um impacto não somente nos estudos sobre a cidade antiga, mas também em vários campos. Coulanges se tornou também precursor de um tipo de *História Antiga* fundamentada em uma *História Cultural* particular promovendo uma distinta historiografia “científica” que é exemplificada em sua *A cidade antiga* (WRIGHT, 2003, p. 128). Fustel de Coulanges não deixou de registrar seus argumentos sobre a importância de se refletir sobre as crenças, os costumes e a família para se compreender as instituições políticas dos antigos mediante uma dada concepção de cultura que aparece como categoria importante para o entendimento dos fenômenos relacionados ao campo da política. A obra de Fustel de Coulanges impressiona e combina “precisão de detalhes” e “lucidez de estilo”, de acordo com Gustave Glotz (1929, p. 4).  A admiração de Glotz pela obra de Fustel de Coulanges não o eximiu de comentar sobre os problemas presentes em *A cidade Antiga*. Para Glotz, Fustel de Coulanges apresenta o processo histórico evolutivo retilíneo de passagem da “família” à “fratrias”, da “tribo” às “cidades”, atribuindo meramente, aos grupos maiores, as crenças e costumes observados nos grupos primitivos. Fustel de Coulanges cristaliza as crenças e costumes sem problematizar a recepção ou suas particularidades a cada época e a cada grupo. Glotz finaliza argumentando que “as sociedades humanas não evoluem dessa maneira: estas não são figuras geométricas, mas organismos vivos os quais apenas toleram e mantêm suas identidades até sofrerem mudanças profundas”. Moses Finley (1989, p. 9) confirma e também critica essa mesma característica fossilizadora da obra de Coulanges:

O elo inextrincável família-religião-propriedade foi depois transportado para uma unidade de parentesco maior, a *gens*, e, por fim, para o Estado mais primitivo. Para Fustel, a sucessão família-gens-Estado era claramente uma sucessão histórica, não simplesmente conceitual. 

Todavia as críticas de Finley seguem ainda mais adiante. Em *A cidade Antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além*, artigo publicado originalmente em 1977, onde oferece um panorama geral dos estudos sobre a temática da cidade antiga, esse autor acrescenta que apesar de Fustel de Coulanges ter um conhecimento maciço das fontes gregas e latinas e fazer uso extenso delas para compor sua obra, ele se isenta de criticar essas mesmas fontes que utiliza. Outra crítica à obra direcionada às fontes, diz respeito à seleção da documentação como evidências, Fustel de Coulanges se restringe a um tipo específico de fonte, a documentação estritamente escrita, e negligencia também as fontes ditas “etnográficas” disponíveis à sua época, o que o levou a um falso conceito de *gens* (FINLEY, 1989, p. 10). No que se refere ao método, Finley ainda é mais incisivo. Enquanto para Glotz (1929, p. 4) o método comparativo utilizado por Fustel de Coulanges era algo a ser elogiado, para Finley, era “uma ilusão” repleta de deméritos. Não obstante, apesar das críticas, *A cidade Antiga* permanece um marco na historiografia como tem demonstrado obras recentes como *O século XIX e a História: o caso Fustel de Coulanges*, de François Hartog. Moses Finley e Gustave Glotz não poupam críticas e reconhecem o lugar significativo que ocupa a obra de Fustel de Coulanges na historiografia. Assim, se podemos dizer algo dessas assertivas, diríamos que a obra de Fustel de Coulanges teve o mérito de suscitar

debates, apresentar problemáticas ao mesmo tempo que inaugura uma nova forma de conceber a história, uma história que reclama rigor e cientificidade mas que promoveu, sobretudo, a investigação histórica que trouxe em destaque o campo de uma determinada ideia de cultura associada ao de outra noção de política particular. No entanto, outras obras também seguiram oferecendo contribuições importantes ao debate.  *A cidade grega*<sup>4</sup>, de Gustave Glotz, publicada em 1928, é uma tentativa de definição das cidades em termos gregos por intermédio da compreensão das suas instituições, sua formação e desenvolvimento dentro de um arco temporal extenso. As fontes utilizadas por Glotz também são documentações epigráficas, papirológicas e literárias. As cidades gregas de Glotz (1929, p. 18–32) se definiam por alguns elementos e características básicas como: **1)** autodefesa; **2)** existência de uma ou mais acrópole; **3)** cada cidade possuía uma divindade particular assim como cada família; **4)** cada cidade tem um *prytaneum*; **5)** existência de um Bouleutário; **6)** continha uma Ágora; **7)** divisão dos cidadãos em tribos e frátrias; **8)** era autônoma. Essa definição de cidade grega, dada por Glotz, que acabamos por descrever, embora importante, é, na verdade, uma tipologia. As cidades gregas são sistemas muito mais complexos, o que torna essa síntese desprovida da densidade da particularidade. Todavia, a preocupação com uma abordagem “econômica e social” da *cidade antiga* fornecia o substrato mediante o qual essas interpretações sobre as características fundamentais dessas cidades,



<sup>4</sup> N.T.: No original o título é *La cité Grecque* (1928) e teve uma versão em inglês intitulada *The Greek City and Its Institutions* (1929) e uma em português *A cidade grega* publicada, em 1988, pela Bertrand Brasil.

essencialmente as cidades greco-romanas, eram construídas. E, ao mesmo tempo em que essas obras apresentaram inovações que as distinguiram do conjunto de obras de seu tempo, foram essas mesmas inovações que contribuíram para alguns debates e suscitaram novas problemáticas. Apesar das contribuições terem sido valiosas, esses estudos sobre a cidade antiga foram fundamentados em um conhecimento fragmentário extraído de fontes essencialmente escritas. A própria ideia do que seria as *cidades antigas* recebeu uma ampliação tanto em termos geográfico-territoriais quanto em sentido temporal.  A cidade antiga de Fustel de Coulanges tratou da cidade-estado na Grécia e Roma antigas cobrindo um arco cronológico desde a origem e formação de cada uma dessas sociedades ao século do advento do cristianismo no caso de Roma (FINLEY, 1989, p. 8–9). Fustel de Coulanges identifica algumas cidades como Tróia, Corinto, Tebas, Esparta, Atenas e Roma (FUSTEL DE COULANGES, 2000). As cidades gregas de Glotz estavam circunscritas dentro de um arco temporal amplo que incluía desde o período homérico, convencionalmente periodizado entre os séculos XII-VIII a.C., até a conquista macedônica, no século IV a.C. Dentre as inúmeras cidades citadas, estão Corinto, Éfeso, Rodes, Olímpia, Delos, bem como as cidades mais conhecidas Atenas e Esparta. O conceito *cidade antiga* e *cidade grega* remete, em algum nível, a uma generalização. O problema de alguns tipos de generalizações na História Antiga, ao unir casos e eventos ocorridos em diferentes lugares e temporalidades sob uma única categoria retirando de cada um deles a particularidade que lhes pertencem, é a produção de uma concepção errônea, equivocada ou inadequada (FINLEY, 1989, p. 57–73; STARR, 1979, p. 15–30). Contemporaneamente, se evocarmos o conceito de *cidade antiga* é

possível incluímos sob essa categoria as cidades da China Antiga, da Mesopotâmia e do Egito apenas para citar alguns exemplos. E não seriam essas cidades, elas próprias, exemplos de *cidades antigas*?<sup>5</sup>  A historiografia sobre as *cidades romanas antigas* seguiu um curso distinto, particular e, curiosamente, apresentou uma ampliação mais significativa e sólida do interesse no estudo desse tema somente nas últimas décadas.  Em 1954, Pierre Grimal publica *Les villes romaines*, o que parecia ser a única obra disponível para o estudo das cidades romanas tornando essa uma obra de referência recorrente nos cursos universitários desse contexto (WOLOCH, Prefácio, ix). Grimal se preocupa com o tema do planejamento urbano que é compreendido num sentido político particular no qual caracteriza a cidade como uma cidade tipicamente “romana” caracterizada por construções específicas. Nesse sentido, Grimal (1983, p. 6) afirma que o planejamento urbano não se trata de uma “arte técnica teórica e pura”. As cidades romanas para Grimal são, no entanto, aquelas dos dois primeiros séculos do Império Romano porque foram nessa época que elas atingiram a “magnificência”. Esse autor ainda continua argumentando que, em razão da arqueologia que tem se desenvolvido recentemente, nós somos capazes de gradualmente saber como são as cidades antigas verdadeiramente. Assim, Grimal compreende que as cidades romanas são aquelas restritas num arco cronológico específico dentro de um espaço territorial também particular. Inovou ao refletir sobre a cidade a partir do



<sup>5</sup> A própria concepção de História Antiga está em transformação fazendo recair sobre essa o estudo de uma ampla gama de novos temas e sociedades da Antiguidade bem como uma ampliação das documentações como se observou no início deste capítulo.

planejamento urbano, mas restringiu uma ideia de cidade romana ao desconsiderar as cidades tardo-antigas. Não seriam as cidades do período romano tardio também cidades romanas?

Em 1964, A.H.M. Jones se dedica ao estudo do contexto do Império Romano Tardio na sua reconhecida obra *The Later Roman Empire (284–602)* e nesta inclui um capítulo intitulado *The Cities* no qual desenvolve uma interessante análise sobre as cidades desse contexto. Jones procura definir a cidade romana tardia em termos de quantidade e tamanho, a partir da consideração se eram fundações novas ou antigas, em termos de população — centrando atenção à administração cidadina e provincial, as instituições e os magistrados — bem como refletiu sobre a estrutura financeira e serviços cívicos. Este autor conclui o capítulo discorrendo sobre o tema da “depaueração dos bouleutários” e do “declínio das instituições municipais” (*ordo, curia, boule*).

A obra de A.H.M. Jones também representou um marco na historiografia sobre a Antiguidade. Entre outras contribuições, Jones suscitou um amplo e mais sistemático interesse por esse contexto da história romana (CAMERON, 1993, p. 1). Assim, a história do Império Romano não poderia ser escrita ou mesmo imaginada sem considerar a história do que os historiadores chamam ora por *Baixo Império Romano*, ora por *Império Romano Tardio*, ora como um contexto da *Antiguidade Tardia*. Acompanhado a esse amplo interesse acerca desse contexto histórico particular da história romana, veio uma multiplicidade de estudos sobre cidades particulares.

A história da cidade de Roma é, aparentemente, mais explorada, mas não significa que seja a única a ter sido estudada. Recentemente, novos estudos são empreendidos mediante a contribuição da Arqueologia. Hoje, o conhecimento e os estudos acerca das

cidades romanas são mais abundantes e múltiplos. Todavia, a história acerca das cidades romanas ainda oferece um campo fértil de pesquisa e produção de conhecimento pela grande quantidade de evidência ainda disponível e pouco explorada bem como em razão das problemáticas de caráter teórico-conceituais e de abordagens ainda existentes (LIEBESCHUETZ, 2007, p. 29). Os estudos sobre as cidades romanas tardo-antigas, por exemplo, aparecem acompanhados, geralmente, pelo debate acerca do “declínio” ou da “crise” que permeia toda a ideia sobre o Império Romano durante o contexto da Antiguidade Tardia. J.H.W.G. Liebeschuetz fez um investimento grande na história das cidades dando especial atenção à cidade de Antioquia e ao tema também do que alguns chamam de o “fim da cidade antiga”. No livro *The city in Late Antiquity*, editado por John Rich, em 1992, Liebeschuetz apresenta um capítulo com um título bastante sugestivo *The end of the ancient city* e com um argumento ainda mais instigante: só podemos dizer que “a cidade antiga tenha chegado ao fim num sentido muito especial, quando as características fundamentais que distinguem as cidades greco-romanas das outras desapareceram”. Para esse autor, as características culturais da cidade antiga são as mais “espetaculares” e “influentes”, incluindo um estilo arquitetônico, esculturas e planejamento urbano particular e uma tradição intelectual e literária bastante distinta, mas as características mais essenciais seriam as do campo político-administrativo. A história da cidade estaria, portanto, estreitamente relacionada às instituições municipais. Uma vez que as instituições municipais não estivessem mais conseguindo, por elas mesmas, gerenciar os conflitos citadinos, a cidade estaria então em circunstâncias de crise e colapso. Todavia, a realidade da

Antiguidade Tardia deve ser considerada como um todo, numa análise holística, considerando inclusive novas concepções do que seria “crise” e como as instituições, incluindo as instituições eclesiásticas, gerenciavam esses conflitos. Nessa perspectiva, uma nova interpretação desse contexto se abre a debate, não mais relacionado à ideia de “crise” e “colapso” mas à ideia de uma nova realidade com novos meios e estratégias de gerenciamento e manutenção da ordem. Assim, a cidade romana tardo-antiga é um marco importante.

O “desaparecimento”/“transformação” dessa cidade e sua substituição por uma rede de vilas e povoados ruralizados se constitui como uma das pedras de toque para a explicação da transição de um mundo antigo para outro convencionalmente chamado de medieval (RAPP, 2012). Mas, a explicação da transição do “Mundo Antigo” ao “Medieval”, mediante o processo de “desaparecimento” da *cidade antiga*, é complexa. Alguns problemas de abordagens e teórico-conceituais ainda persistem em estudos recentes e, inicialmente, algumas observações e premissas já são dignas de nota sobre os problemas de interpretação. Para o estudo da cidade romana tardo-antiga, em sua complexa variedade, é preciso compreender as particularidades do contexto da Antiguidade Tardia destituído de qualquer concepção inicial, ou melhor, sem querer encontrar nesse contexto sua desagregação bem como inferir a historiografia sem considerá-la a partir da própria historicidade. Não fortuitamente, verificamos muitos estudos buscando redefinir e repensar alguns conceitos fundamentais para a compreensão das cidades da Antiguidade. 

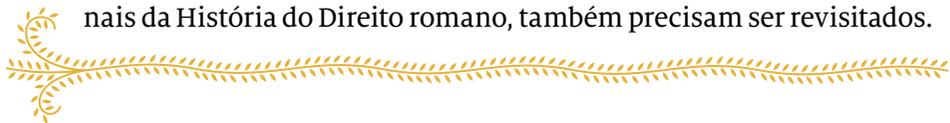
No contexto da Antiguidade Tardia, Bryan Ward-Perkins (1998, p. 371–410) inicia seu texto buscando redefinir o que venha a ser *civitas* e como fazer correspondência ao termo inglês *city*. Atualmente,

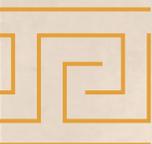
é observável uma quantidade múltipla de estudos que consideram a necessidade de uma reconceituação ou reflexão acerca dos conceitos utilizados (GUARINELLO, 2009, p. 109–119), definição mais estrita dos conceitos importantes no estudo da História Antiga e a História das cidades antigas não seria exceção. A preocupação com o que significa “cidade antiga”, “cidade romana”, “cidade grega” se relaciona às particularidades de cada contexto e à necessidade de se considerar vários aspectos e fatores que devem ser incluídos na definição de “cidade antiga”. Desse modo, já não é mais possível abordar o tema da cidade sob um único ponto de vista (econômico ou cultural, político ou social), é necessário compreendê-la mediante várias perspectivas as quais reconheçam que se trata de um espaço, não apenas material, mas também um espaço de representação simbólica, onde ocorre uma complexa interação global e local que produz uma multiplicidade de construções sociais, político-econômicas e culturais (BRIDGE; WATSON, 2003, p. 1 e 7).  O estudo da cidade antiga se constitui, assim, num lugar privilegiado de pesquisa histórica e seu estudo mediante as novas tendências e recurso a uma documentação variada pode ter muito mais contribuições à compreensão do contexto da Antiguidade.

### A História do Direito Romano

O estudo do Direito antigo, como objeto de pesquisa, tem recebido uma atenção maior nos últimos anos pelos historiadores, mas muito ainda há que se fazer no campo das práticas jurídicas antigas, seja por uma significativa e persistente restrição do repertório de documentos explorados (ainda há uma predominância de estudos que se reservam apenas ao estudo de fontes oficiais como, por exemplo, códigos de leis, editos e epístolas imperiais), seja pelo pouco interesse

ainda despertado por esse campo temático para os historiadores que se dedicam ao estudo do mundo antigo, no Brasil. O estudo acerca dos espaços do exercício de práticas jurídicas — *Fórum, Bouletério, Dicastério, Desmotério, Episcopium, Monastério* — ainda permanece incipiente e novas modalidades de discursos — como homilias, epístolas, tratados, histórias — ainda podem ser melhor investigadas. Do mesmo modo, o sistema da prática jurídica, a compreensão acerca da burocracia e seus membros integrantes, objetos de pesquisa tradicionais da História do Direito romano, também precisam ser revisitados.





## Os saberes e as técnicas de pesquisa em História Antiga



HISTORIADOR ESCREVE O PASSADO OU SOMENTE o alcança, indiretamente, mediante “os traços que foram deixados atrás de si, na medida em que estes traços subsistiram, em que os historiadores os reencontram e em que são capazes de interpretá-los” (MARROU, 1978, p. 55). Tais indícios ou pistas estão nos documentos que esperam ser decifrados. A decifração ocorre com o auxílio de teorias e métodos. As teorias fornecem os modelos e conceitos que orientam a pesquisa histórica. Segundo Guarinello (2003, p. 42–43), “a História científica opera de fato com formas ou fôrmas por meio das quais os historiadores tentam dar sentido ao passado” e os vestígios do passado que “são descontínuos e desconexos” precisam fazer “parte de uma mesma realidade”, estar “dentro de uma mesma unidade de sentido”, para que seja possível estabelecerem-se relações. Assim, a inteligibilidade do passado é alcançada mediante a ordenação e a classificação dos vestígios e estes, por meio de modelos e conceitos que guiam e fornecem os elementos básicos para uma taxonomia dos acontecimentos históricos. Os métodos apresentam o como fazer, o passo a passo da produção do conhecimento historiográfico. Assim, a História não seria possível sem formas (conceitos), teorias e métodos.

Por meio deles, os segredos são revelados e o passado é reescrito, reconstruído, repensado. Desse modo, a História não prescinde do documento, bem como não se constitui sem modelos, conceitos e métodos, os quais tomam de empréstimo de outras ciências (VEYNE, 1989, p. 6–8; BURKE, 2002, p. 17). Assim, a produção do conhecimento histórico contemporâneo está, necessariamente, vinculada às teorias, métodos, modelos e abordagens. A história é escrita mediante um repertório de conceitos, arcabouço teórico, formas e fôrmas (na concepção de Norberto Guarinello) e por intermédio da captação de saberes e interpretações de outras áreas do conhecimento. “Toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico” (CHARTIER, 1991, p. 177), e se efetiva mediante uma “cultura histórica” (CARDOSO, 1981, p. 82)<sup>6</sup>. Assim sendo, falar em abordagens e conteúdos da



<sup>6</sup> Expressão utilizada por *Ciro Flamarion Cardoso* (1981, p. 82) para designar uma cultura “baseada em anos de leitura racionada de modelos, de obras vistas não como fontes de dados e sim como modelos de como fazer (ou como não fazer)”. Em nossa opinião, acrescentaríamos a essa definição a atuação, inclusive prática, dentro de um âmbito específico que é o espaço da docência, pesquisa e atuação acadêmica seja na participação ou na elaboração de eventos científicos em História que também agrega cultura e específica como histórica. Nesse sentido, a cultura histórica poderia ser relacionada

produção historiográfica nacional sobre o mundo antigo e as fontes da Antiguidade presentes na história antiga produzidas por brasileiros será aqui evocada a partir do lugar social de onde falamos, ou seja, como um docente de nível superior filiado a uma tendência historiográfica específica, uma formação, sobretudo, política e cultural. Não obstante, apesar disso, no espaço dessa reflexão, apresentaremos, de modo geral, algumas abordagens e conteúdos que estão na pauta atual dos historiadores que se dedicam ao estudo do Mundo Antigo para, em seguida, me ocupar de maneira mais detalhada à História Política e Cultural e à produção historiográfica acerca do Mundo Antigo que é produzida a partir dessa perspectiva, buscando apresentar algumas das fontes e dos conteúdos que emergem dos diversos tipos de saberes históricos. Começemos pela consideração da incorporação do pensamento quantitativo na história na forma da chamada “História Econômica” e “História Quantitativa” sempre buscando uma relação com a subárea de História Antiga. 

## 2.1 A História Econômica, História Quantitativa e a História Antiga

A Escola dos *Annales* e a Historiografia Marxista eram os principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigiam a investigação



... a vários âmbitos de atuação, a saber, a prática docente e a pesquisa no campo da História bem como a atuação administrativa em instituições de ensino superior ou médio que também agrega conhecimento e experiência, vivência profissional e especializada como pertinentes ao campo da história e, portanto, designada como cultura histórica.

histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960. Em termos gerais, o que unia esses dois paradigmas era: **a)** a preocupação com a longa duração e **b)** a ênfase nas estruturas econômico-sociais para a compreensão das sociedades, lugar privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura. E, segundo Luiz Eduardo S. de Souza (2007, p. 9–27), a maneira pela qual os historiadores econômicos lidaram com as características básicas das quantidades — sua mensurabilidade e evolução no tempo e no espaço — sofreu uma revolução que pode ser caracterizada, ela mesma, como histórica. De acordo com esse autor, a história da História Quantitativa pode ser dividida, *grosso modo*, em quatro momentos os quais apresentarão características distintas, a saber: Um primeiro momento que se insere no período 1914 e 1950, um segundo, entre 1950 a 1970; um terceiro, de 1970 a 1990. Por fim, um quarto momento, desde 1990. Para uma melhor compreensão das características e particularidades do desenvolvimento da História Econômica e História Quantitativa, reproduzimos aqui, *grosso modo*, a periodização e a explicação de cada fase sugerida por Souza (*op.cit.*) a fim de que possamos, a seguir, refletir sobre a maneira como se deu a interpretação do Mundo Antigo segundo esses saberes.  O período de 1914–1950 foi marcado pelo contexto de duas Grandes Guerras Mundiais e pela crise da Bolsa de Nova York em 1929. A estabilidade e regularidade das relações produtivas são colocadas em xeque devido às crises econômicas produzidas pelas Grandes Guerras e a crise da Bolsa de Nova York. Em razão dessa realidade, evidencia-se uma busca de novas explicações, o que coloca em relevo os trabalhos de economistas que buscavam interpretar as crises econômicas estruturais como parte de um movimento capitalista irregular, desequilibrado e dotado de flutuações,

posto que as explicações clássicas e neoclássicas se apresentavam sem força explicativa. Um período que também se caracterizava por um movimento de revisão das teorias normativas e revisão do conceito clássico de “ciclo” e incorporação de estudos que considerassem as “flutuações”. Daí, a importância significativa de uma produção de séries históricas de dados. A construção de séries e a observação do comportamento das flutuações de curto e longo prazo ganhariam, assim, não apenas o interesse dos planejadores econômicos, mas também o olhar daqueles interessados numa observação retrospectiva, que muitas vezes submetia-se ao exame da teoria econômica.

No período de 1950–1970, se confirmava a “Era de Ouro” da História Econômica e Quantitativa. Período que Peter Burke considera como um período de uma “revolução quantitativa”. Uma revolução quantitativa que foi sentida no campo econômico, particularmente na história dos preços. Da economia seguiu para história social, em especial, para história populacional, invadindo a história cultural nas suas vertentes da história da religião e história das mentalidades. A história da população foi a segunda grande conquista da história quantitativa, depois da história dos preços. Os surgimentos de estudos demográficos data da década de 50 e isso se deve à explosão populacional mundial da mesma forma que o estudo dos preços está vinculado ao craque financeiro da década de 30.

O período de 1970–1990 marca o ponto de ruptura e o início de uma terceira fase da história econômica quantitativa que foi o advento da chamada “Nova História Econômica”, no início da década de 1970, e a reação a ela, sobretudo no ocidente. Um dos estudos de caso mais abordados pela “Nova História Econômica” desse período foi o papel das ferrovias no crescimento econômico. Mas os críticos dessa

“Nova História Econômica” ressaltavam a problemática da consciência da subjetividade também dos métodos da quantificação, bem como a natureza de uma teoria que se apresentava, essencialmente, a-histórica na medida em que se fundamenta em séries de dados sem a problematização dos critérios históricos de produção desses mesmos dados.  O período de 1990 em diante representa a época da consideração do fenômeno da “globalização”, da revisão de metodologias e agregação de dados em nível mundial que permitam uma análise de “blocos nacionais” e mesmo a criação de um corpo estatístico com o nome de “economia-mundo”. A história econômica alcança, de alguma maneira, um espaço acadêmico mais reconhecido ao avançar em direção ao campo da Geopolítica e do estudo das Relações Internacionais. Dado esse panorama traçado por Souza (*op. cit.*), as pesquisas em História Antiga não estaria à margem desse saber econômico em expansão.  A história da economia antiga é um campo de estudos relativamente novo, mas é uma área de debates muito efervescente. A obra *The public economy of Athens*<sup>7</sup>, de August Böckh, um antiquário, estudioso dos clássicos, publicada em 1817, trata da estrutura financeira da sociedade ateniense e estabelece um marco de estudos sobre economia antiga, mas as questões econômicas somente se tornam temas de um interesse maior entre os historiadores muito posteriormente (MORRIS, 1999, Prefácio, p. ix). *A economia antiga*, de Moses Finley, será a obra que exercerá uma influência significativa nos estudos sobre economia grega e romana antigas entre os historiadores (MORRIS, 1999, Prefácio, p. ix;



<sup>7</sup> No original, em alemão: *Die Staatshaushaltung der Athener*.

MATTINGLEY; SALMON, 2001, p. 3). Contudo, mesmo ocupando um lugar de significativa importância na historiografia contemporânea, a história da economia antiga apresentada por Finley tem sido repensada e revista uma vez que a nossa concepção atual de “economia antiga” apresenta uma multiplicidade de novos sentidos, conteúdos e perspectivas. No decorrer das duas últimas décadas, em razão da contribuição de documentações arqueológicas, os historiadores têm aumentado o interesse em questões do âmbito da economia antiga (MATTINGLEY; SALMON, 2001, p. 3). Na História Antiga, a produção historiográfica, que se relaciona de alguma maneira aos paradigmas da História dita “Econômica” e “Quantitativa”, remete a dois importantes historiadores: Moses I. Finley e Michael I. Rostovtzeff. 

Moses I. Finley ilustra tendências importantes no campo da produção historiográfica sobre o Mundo Antigo em meados do século XX. O trabalho do historiador russo Michael Rostovtzeff representa uma das mais memoráveis contribuições dos tempos modernos à compreensão rigorosa da civilização mediterrânea antiga. Por mais que a tarefa de categorizar e classificar obras em um determinado paradigma implique uma simplificação analítica das obras, o que buscaremos aqui é discorrer sobre algumas das tendências e características que relacionam esses dois historiadores a aspectos e dimensões relativas, em algum nível, à História Econômica ou História Quantitativa.

 Finley não explicita sua filiação teórica tampouco se consideraria um marxista, mas sua obra intitulada *A Economia Antiga* tem sido considerada por estudiosos e críticos como uma obra com contornos marxistas. Nessa obra, Finley adota a perspectiva “substantivista”, de Karl Polanyi, a qual rejeita uma suposição “formalista” da existência de uma esfera econômica separada das relações

sociais (SCHEIDEL; VON REDEN, 2002, p. 2).  *A História Social e Econômica do Império Romano*, de Michael I. Rostovtzeff, — “um dos estudos sobre a civilização clássica mais instigantes e influentes do século XX” — nas palavras de G. W. Bowersock (1974, p. 15), representa uma análise holística que introduz importantes evidências arqueológicas para compreensão não só de aspectos políticos e militares mas também de um conjunto de questões de caráter social e econômico. Apesar dessas novidades que o poderia tranquilamente incluí-lo numa outra tendência historiográfica, numa história talvez política ou de contornos filosóficos, segundo Reinhold Meyer (2002, p. 82–3), os esforços de Rostovtzeff no campo do social e do econômico se relacionam, em algum nível, com conceitos provenientes do modo-de-produção capitalista. De uma maneira ou de outra, Michael I. Rostovtzeff contribuiu para novas concepções de Histórias Sociais, Culturais e Políticas, bem como Moses I. Finley.

## 2.2 A História Social e a História Antiga

No século XIX e início do XX, a História Política era o modelo de História predominante entre os historiadores, tinha prestígio e ocupava um lugar hegemônico sobre as outras formas de História (RÉMOND, 1994, p. 13). Contudo, o avanço para o social, em decorrência da influência de uma nova tendência, vinculada e difundida pelos Annales, implicou a recusa do político.  Os Annales, como aponta Dosse (2003, p. 83), “vão definir-se, em primeiro lugar, como hostis ao discurso e à análise políticos” e isso resultaria no “desmoronamento da História Política”, na medida em que “propõem o alargamento do

campo da história e, ao desterrar o terreno do político, esta acaba por orientar o interesse dos historiadores para outros horizontes: a natureza, a paisagem, a população e a demografia, as trocas, os costumes”. A recusa ao político era justificada pelos historiadores da época. A História Política reunia todos os atributos contra os quais a História dos Annales afirmava-se: a História Política era factual, psicológica, elitista, desconhece o global, privilegia o efêmero, ignora o longo prazo, é biográfica, não popular (RÉMOND, 2003, p. 15–16; JULLIARD, 1995, p. 181–2).  Os estudos dos *Annalistas* buscaram agir opostamente a essa postura de uma História Política tradicional e uma nova vertente emergiu a de uma abordagem chamada de social, a qual, de acordo com Hunt (2001, p. 2), define-se por um modelo de explicação histórica que direciona “seus interesses para as investigações da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres”, enfim, dos diferentes grupos e categorias sociais. Era inevitável que a mudança de enfoque, do político ao social, tivesse efeito sobre o conteúdo e a metodologia de investigação em todos os campos. A História Antiga não foi exceção. 

### 2.3 A História Cultural, a História Política e a História Antiga

Uma outra transformação fundamental incidiu na prática da História Social entre os anos de 1970 e 1990. Uma transformação que implicou o desenvolvimento e a emergência de uma História Cultural como resposta aos desafios impostos pela “virada linguística” às

formas tradicionais de história social (ELEY, 2005, p. 33). E, durante as últimas décadas, os historiadores têm-se dedicado, de fato, com mais intensidade, ao estudo de objetos que constituem o domínio da cultura, considerando seu vínculo com o poder. Mas, ao contrário do que possa parecer, o estudo dessa relação não é um interesse novo ou mesmo súbito. Por volta de meados do século XIX e início do XX, na Europa, uma dada concepção de cultura aparece como categoria importante para a compreensão dos fenômenos relacionados ao campo da política. Em 1860, na obra *A cidade antiga*, Fustel de Coulanges (1830–1889), por exemplo, não deixou de registrar seus argumentos sobre a importância de se refletir sobre as crenças, os costumes e a família para se compreender as instituições políticas dos antigos.  Antonio Gramsci (1891–1937), ao realizar a análise histórica de seu tempo, buscando respostas para o fracasso da revolução proletária na Itália, em particular, e no Ocidente, em geral, introduziu um novo sistema explicativo e desenvolveu conceitos que, imbricados, apresentam uma visão peculiar e renovada das relações de poder. No marxismo de Gramsci, ao contrário do que propunha a tradição marxista da época, “a força das classes dominantes não se apoiava somente no controle da economia, mas, principalmente, em complexas iniciativas políticas e culturais” (SEMERARO, 2000, p. 175). Mesmo na Antiguidade houve interesse em estudar os fenômenos que recaem sob o âmbito do que, contemporaneamente, chamamos de cultura. E a História Antiga muito se beneficia do que a História Cultural e a História Política têm a oferecer, sobretudo, pelos avanços interpretativos, a ampliação das fontes documentais, dos objetos e temas de investigação histórica e pela interdisciplinaridade ímpar que aproximam áreas de conhecimento como a Arqueologia.

## 2.4 Teorias, modelos e conceitos em História Antiga

“O lugar da ‘teoria’ no estudo e pesquisa em História Antiga permanece uma questão controversa” (MORLEY, 2004, p. 1). De um lado, defensores de uma tese de que não é possível escrever uma História Antiga mediante a utilização de conceitos e teorias modernas argumentam que isso implicaria na produção de um conhecimento inadequado e anacrônico, de outro, opositores que consideram que a História não é possível ser escrita sem a fundamentação de um arcabouço teórico moderno por meio do qual se pode evidenciar identidades e diferenças numa relação entre passado e presente. Moses I. Finley defende que não se pode usar um contexto moderno para compreender e estudar o passado (vide FINLEY, 1994; 1980; JEW; OSBORNE; SCOTT, 2016). Entretanto, de acordo com Pedro Paulo Funari (1989) e Norberto Guarinello (2003), não há como escrever história sem um arcabouço conceitual moderno. Funari ainda argumenta que o que se deve evitar é, de fato, o anacronismo. Realmente, se pensarmos o estudo do Mundo Antigo em termos do interesse na relação entre cultura e poder devemos compreender que o que denominamos por cultura e poder podiam ser concepções inexistentes em épocas anteriores. Todavia, os fenômenos vinculados a esses conceitos modernos não eram desconhecidos em todos os contextos históricos, inclusive, na Antiguidade.  Wallace-Hadrill (2000, p. 7), ao analisar as possibilidades de se pensar as transformações do mundo romano como uma revolução de caráter cultural, argumenta que as dificuldades de reflexão sobre esse tema repousam nas abordagens teóricas e nos problemas de definição que cercam a categoria

cultura. De acordo com Wallace-Hadrill (2000, p. 8), não existe uma noção romana ou grega equivalente ao termo cultura. Para esse autor, o universo conceitual greco-romano, que poderia corresponder ao conceito moderno de cultura, somente diz respeito a algumas partes do último quando não o excede. Vide, por exemplo, a concepção grega de paidéia que, segundo Jaeger (2001, p. 2), não tem uma concepção moderna equivalente, uma vez que qualquer uma das expressões utilizadas para defini-la somente corresponde à parte do que os gregos compreendiam por paidéia. Segundo Jaeger (2001, p. 2), “Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação; nenhuma delas, porém, coincide realmente com que os gregos entendiam por paidéia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez”.  Essa falta é, no entanto, um dado significativo e pode revelar muito, pois, nas palavras de Burke (1994, p. 16), “é sempre de bom alvitre, para os historiadores, procurar o que não está presente em determinado lugar ou tempo — estas ausências particulares são certamente significativas”. A ausência de um termo não significa dizer que as sociedades antigas, romana ou grega, não tinham consciência dos fenômenos que hoje observamos no âmbito da cultura e do poder. Wallace-Hadrill (2000, p. 9) indica, por exemplo, a existência de uma tradição historiográfica que se inicia com Políbio (203 a.C. – 120 a.C.) e se estende até Salústio (86 a.C.–34 a.C.) e Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.), na qual a crise política da República aparece vinculada às mudanças no mores. Assim, gregos e romanos também refletiam sobre a relação entre cultura e poder. Entretanto, devemos compreender que o faziam segundo sua própria rede de

significações, ou seja, no interior do sistema cultural próprio a cada uma das sociedades. Em outras palavras, devemos compreender que as sociedades da Antiguidade formularam, em seus próprios termos, a relação entre cultura e poder. Isso não significa, contudo, que devemos descartar o arcabouço conceitual que dispomos na contemporaneidade. Pelo contrário, os conceitos modernos nos orientam, nos guiam em direção à descoberta da realidade do mundo antigo, mesmo na inexistência do conceito para esse contexto.  A necessidade de se situar, como sugere Geertz (1989, p. 23–4), elucida a trama revelando como uma dada estrutura social está composta e ordenada. Essa é a postura a ser adotada, a de procurar despir-se dos valores modernos e observar as sociedades da Antiguidade com os olhos dos antigos, mas, como aponta Geertz (1989, p. 23), não para se tornar um nativo ou para copiá-los, mas a fim de compreendê-los dentro de seu próprio contexto. Nesse sentido, a questão fundamental sobre como se escreve a História Antiga se relaciona também com a interpretação, compreensão e utilização de fontes documentais, ou melhor, conforme Marrou (1978, p. 62), de “toda fonte de informação de que o espírito do historiador sabe extrair alguma coisa para o conhecimento do passado humano, considerado sob o ângulo da questão que lhe foi proposta [...] são textos, monumentos, observações de todo gênero” ou, senão, de acordo com Le Goff (1996, p. 540), “tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra sua presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem”.  O uso de fontes documentais é a marca distintiva entre História e Literatura, é a chancela do que é considerado ficção e não ficção e o tratamento documental (a crítica interna e externa) é uma importante parte do processo de escrita da

História Antiga. Por isso, a importância de se compreender os vários tipos e categorias de fontes primárias disponíveis ao estudo e à escrita da História do Mundo Antigo. 

## 2.5 As fontes documentais da Antiguidade

Os historiadores contemporâneos que se dedicam ao estudo da Antiguidade se interessam por diferentes tipos e categorias de documentos. A História Antiga pode ser escrita mediante materiais como “estátuas”, espaço e cenário arquitetônicos, “iconografias”, “inscrições”, “moedas” e escritos como, por exemplo, “tratados”, “epístolas”, “panegíricos”, “hagiografias”, “histórias”, “orações”, “homilias”. Mas, geralmente, a documentação escrita tem sido privilegiada dentro das pesquisas históricas. Por muito tempo, fazer história significava necessariamente inferir com base em textos escritos. A revolução documental trouxe para o campo da história novas possibilidades ampliando a noção de documentos (MARROU, 1978, p. 62; LE GOFF, 1996, p. 540). A história passa a ser escrita mediante toda sorte de material seja ele textual, imagem, som (por meio do estudo do que se convencionou chamar “Usos do Passado”).<sup>8</sup>  Os estudos em História Antiga muito podem se beneficiar do que a cultura material tem a oferecer. Na Europa, em particular na Inglaterra, o recurso à cultura material é recorrente, oferecendo perspectivas conjuntas ou



<sup>8</sup> No “Usos do Passado”, recairia pesquisas de análise fílmicas que evocam imagens e representações do mundo antigo como, por exemplo, *Gladiador* (2000); *Espartaco* (1960); *Pompeia* (2014); *Alexandria* (2009) ou músicas como *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque.

concorrentes das extraídas da documentação escrita. Não é raro encontrar uma obra na historiografia britânica que tenha somente sido fundamentada unicamente em documentação textual. Não obstante, os estudiosos ingleses da Antiguidade têm recorrido cada vez mais à cultura material a fim de trazer à luz novas e diferentes perspectivas e conhecimentos sobre o Mundo Antigo.  No Brasil, o uso da cultura material em estudos históricos tem aumentado significativamente. São iniciativas tanto individuais quanto coletivas, suscitadas por eventos em nível universitário, que contribuem para uma ampliação das temáticas e estimulam novos debates. Difícil imaginar, por exemplo, há algumas décadas, um estudo nacional que se fundamentasse em grafites, em iconografias, em numismática, em estatuária. Assim, a História Antiga escrita no Brasil apresenta uma vitalidade particular: um alargamento de tipos e categorias de documentos. Todavia, essa ampliação e agregação de novos recursos documentais não significou um abandono da documentação escrita. Esta sofreria também outro tipo de revolução. Textos antes pouco explorados ou nem sequer considerados pela História tornam-se objeto de estudo, como por exemplo, as homilias que ficaram por muito tempo legadas ao campo dos estudos teológicos ou textos legislativos que recebem novos tratamentos e perspectivas. Assim, documentação escrita também recebe um olhar novo, uma consideração mais detida e crítica.  Na História Antiga, principalmente, na produção nacional, os textos escritos legados pelos autores antigos ainda se constituem como uma documentação importante e, muitas vezes, indispensável para o conhecimento do Mundo Antigo. No Brasil, os textos escritos recebem mais atenção por uma série de motivos. Dentre esses, gostaríamos de destacar duas razões

possíveis: por um lado, a disponibilidade de edições e traduções, ou seja, o relativo fácil acesso ao texto escrito e, por outro, a aparente sensação de que seria mais simples trabalhar com essa documentação do que com a cultura material, uma vez que esta exige técnicas específicas, como, por exemplo, o trabalho com a epigrafia. De fato, a pesquisa relacionada à cultura material requer uma formação específica e técnicas que implicam outro tipo de formação. Contudo, o estudo do texto escrito somente aparenta ser fácil. 

A inferência ao texto requer também todo um aparato técnico que muitas vezes não fica muito explícito. De acordo com a cultura material, o texto escrito apresenta dados particulares e limitados. Por isso, a importância de estudá-lo sempre considerando toda uma tradição que o antecedeu para poder contextualizá-lo, elucidando a trama que o autor do texto por vezes não explicita. É um trabalho muitas vezes lento e meticuloso a fim de compreender os interesses envolvidos na produção de determinado texto, analisando a estrutura utilizada pelo autor para dissertar sobre o que pretende e quais informações foram privilegiadas em detrimento de outras. Nesse sentido, o trabalho com o texto escrito torna-se também um trabalho árduo que exige habilidade e conhecimento daquele que infere.  Atualmente, as homilias recebem do historiador uma maior atenção e reconhecimento como fonte documental. De fato, como argumenta Wendy Mayer (2008, p. 565), os temas da predica do cristianismo dos primeiros séculos e as homilias foram pouco explorados, recebendo atenção devida apenas recentemente. Mayer (2001, p. 17) ainda argumenta que as homilias podem se tornar uma fonte valiosa de certos tipos de informações porque os comentários são contemporâneos aos eventos e, portanto, em tempo de fornecer uma

testemunha sobre os acontecimentos (MAYER, *op. cit.*). Segundo a autora, a homilia era utilizada como fonte que oferecia dados sobre indivíduos notáveis e ocorrências, bem como detalhes sobre a prática litúrgica e, mais recentemente, o interesse voltou-se para aqueles dados referentes à dinâmica da sociedade.  As homilias também se converteram em documentos valiosos para a História Social e Litúrgica (ALLEN, 1991, p. 1–5), podendo também ser fontes principais em estudos na área da História Cultural e Política. Mas se, por um lado, esse tipo de documento muito pode contribuir, revelar e esclarecer, por outro, propõe alguns desafios e problemas. Wendy Mayer (2008, p. 565) confirma que o estudo das prédicas tem suscitado bastante interesse, mas que se configura como um “campo minado” e “cheio de armadilhas para os desavisados”. 

Um problema importante e bastante significativo desse tipo de documento é a ausência de algumas características que são próprias às homilias, configurando-se como um discurso que é, primordialmente, oral (ALLEN; NEIL; MAYER, 2009, p. 36–7). Assim sendo, todo o caráter performativo de um discurso oral, os gestos, as entonações e os recursos dramáticos realizados pelo orador se perdem no momento da captura deste como um texto escrito, problemas estes que se amplificam na medida em que se reconhece que o texto preservado, e que chega até nós, pode também ser resultado de várias versões provenientes daquele discurso oral inicial que foi pronunciado em assembleia (*op. cit.*). Mas, apesar desses problemas, a homilia, em nossa opinião, pode oferecer uma visão particular e importante na compreensão da realidade do Mundo, em particular, o romano antigo, e o Mundo Antigo, no geral, considerando que também é uma documentação debitária de uma tradição que

podemos remontar ao caso grego em termos de retórica e discursos gregos.  Documentos, Abordagens, Teorias, Metodologia e Historiografia formam um conjunto que guiam a pesquisa histórica. A pesquisa em História Antiga, particularmente, muito tem se transformado em razão das novas tendências delineadas no espaço desse capítulo. Não obstante, a História Antiga não cessa de ser uma subárea de conhecimento em constante e contínua transformação.

## 2.6 Os métodos e as técnicas de pesquisa

O instrumental teórico-metodológico é um elemento imprescindível para qualquer pesquisa no campo da História. Os conceitos, as teorias e as abordagens nos orientam sobre a interpretação do tema de pesquisa. Os métodos e as técnicas nos guiam no “como” ler a documentação e a historiografia, e demais obras que comporão a pesquisa histórica. A *Análise de Conteúdo* e a *Técnica de Análise Categorical* são um método e uma técnica que fornecem ferramentas profícuas de “leitura” da documentação para a escrita da História Antiga. Logo, a seguir, sintetizaremos, *grosso modo*, tanto a *Análise de Conteúdo* quanto a *Técnica de Análise Categorical*, segundo Laurence Bardin (2002). Para uma melhor compreensão desse método e técnica, sugerimos a consulta direta à obra *Análise de Conteúdo*, de Laurence Bardin.





(BARDIN, 2002, p. 119).



Um exemplo desse processo de criação de Complexos Categóricos pode ser visualizado mediante o nosso tema sobre o *Levante das Estátuas* que se refere aos procedimentos adotados à época de nossa especialização de Mestrado que resultou na Dissertação intitulada *Igreja, conflito e poder no século IV d.C.: João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia*.

Nessa pesquisa, adotamos o segundo procedimento, ou seja, da criação posterior das categorias. A definição das categorias e o agrupamento dos dados foram efetuados após a retirada dos dados da documentação. Estes foram, inicialmente, retirados e alocados em uma planilha. Embora não tenha sido predefinido um sistema de categorias, a retirada dos dados obedecia a alguns critérios de escolha, a partir da orientação fornecida pela *Análise de Conteúdo* e pelas regras de composição das categorias (exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade, fidelidade e produtividade mencionadas anteriormente), conforme descreve a *Técnica de Análise Categórica*. Ademais, orientamos essa seleção de acordo com os nossos objetivos e hipóteses. Nesse sentido, se refletirmos sobre a interpretação que João Crisóstomo faz do levante, devemos selecionar os elementos que definem e especificam a forma como essa interpretação se apresenta. Em outras palavras, devemos buscar os elementos que comporiam a maneira como João Crisóstomo interpreta o levante. Para a identificação desses elementos, consideramos e partimos de dois aspectos principais. Primeiro, entender como João Crisóstomo concebe a destruição das estátuas e, segundo, discorrer sobre a reação e atitudes tomadas pelas autoridades eclesiásticas. Depois da etapa de seleção e coleta, os dados foram agrupados nas categorias de um complexo categorial específico e, posteriormente, determinado.

Precisamos ressaltar ainda que esse complexo categorial refere-se ao *corpus documental* de João Crisóstomo (cada documento diferente terá, portanto, um complexo categorial que lhe diga respeito). Logo, os resultados obtidos nessa categorização dizem respeito a essa documentação e à maneira cristã de interpretação do levante. Dito isto, vejamos o complexo categorial definido para aquela pesquisa. Para as informações coletadas, foi construído o seguinte conjunto de categorias:

<i>Sobre a destruição das estátuas e a natureza da transgressão cometida</i>	
<i>Categoria</i>	<i>Título conceitual da categoria (Descrição dos dados a serem retidos)</i>
1	As reações iniciais após os acontecimentos
2	Como as estátuas são descritas e concebidas
3	Quem atentou contra as imagens imperiais
4	Quem foi responsabilizado pelos atos cometidos contra as imagens
5	As consequências provenientes da transgressão

Fonte: Complexo categorial da pesquisa de Mestrado da autora (SILVA, 2006, p. 36).

E, para as informações coletadas na documentação que diziam respeito à interferência cristã no levante, produzimos outro conjunto de categorias:



<i>Sobre a interferência cristã</i>	
<i>Categoria</i>	<i>Título conceitual da categoria (Descrição dos dados a serem retidos)</i>
6	Quais autoridades (imperiais e cristã) interferiram no levante
7	Em que momento fizeram a interferência
8	Como procederam
9	Em defesa de quem
10	A dignidade das autoridades (atributos materiais e morais)

Fonte: Complexo categorial da pesquisa de Mestrado da autora (SILVA, 2006, p. 37).

No primeiro conjunto de categorias, selecionamos os dados que estavam relacionados à destruição das estátuas. Na categoria 1, estão alocados os dados nos quais João Crisóstomo descreve a reação popular de consternação e medo, bem como a atmosfera do ambiente. A categoria 2 constitui-se a partir das informações que tratam da relação entre o imperador e suas imagens, dos dados que nos informam a natureza dessa relação e das referências feitas às estátuas que nos permite compreender a importância política delas no contexto romano. As categorias 3 e 4 resultam de uma conclusão inicial após uma primeira leitura sistemática e esquemática da documentação. Na perspectiva de João Crisóstomo, quem havia destruído as imagens imperiais não eram os mesmos que foram responsabilizados por isso. Logo, as duas categorias identificam aqueles que, na opinião de Crisóstomo, atentaram contra as imagens e aqueles que deveriam ser punidos pelo atentado. A última categoria desse primeiro conjunto (categoria 5) refere-se aos dados que indicam as sanções infligidas à população e os argumentos utilizados por João Crisóstomo

que tornam a ocorrência desse tipo de acontecimento um elemento favorável à constituição do Império, ou seja, constitui-se das sanções e punições provenientes da transgressão.  No segundo conjunto de categorias buscamos definir o grau de interferência e importância das autoridades eclesiásticas na resolução do conflito, mediante a compreensão da maneira como João Crisóstomo descreve a ação das autoridades eclesiásticas em relação à ação das autoridades imperiais. Na categoria 6, definimos e extraímos as personalidades que interferiram em favor da cidade de Antioquia, de sua população, fossem elas imperiais ou cristãs. Todavia, analisaremos, com especial atenção, a maneira como João Crisóstomo descreve a participação e interferência das autoridades cristãs. A categoria 7 refere-se aos momentos em que cada uma das autoridades cristãs interfere e marca sua presença durante o levante. Na categoria 8, apresentamos a maneira como João Crisóstomo descreve a participação das autoridades eclesiásticas, ou melhor, a forma particular como cada um interferiu no levante em favor da cidade e da população antioquina. A categoria 9 foi definida para se identificar em favor de quem, especificamente, cada uma das interferências cristãs ocorria. Por fim, a categoria 10 demonstra os atributos morais e materiais das autoridades eclesiásticas e das imperiais a fim de que possamos compreender as funções e posições sociais destas nas comunidades locais e, por conseguinte, refletir sobre a maneira como João Crisóstomo concebe a importância da existência das autoridades imperiais e das autoridades eclesiásticas.  No Projeto de Monografia, todos esses elementos devem ser apresentados e explicitados na estrutura que se propõe no próximo capítulo da presente obra. 



A FORMATAÇÃO DO TEXTO DO PROJETO DE Monografia seguirá as seguintes configurações, para os propósitos do presente curso de *Monografia 1*: Margens, 3 cm em todos os lados (direita, esquerda, superior e inferior). Para o texto: Times New Roman 12, espaço duplo; e para citações recuadas, acima de 3 linhas: Times New Roman 11, espaço simples. Citações de referência bibliográfica sempre recorrer ao sistema autor e data, como no exemplo, a seguir: (CHARTIER, 1990, p. 17). Para referência de autores antigos seguir o padrão internacional: Nome do Autor (em caixa baixa), título da obra em Latim ou latinizado (em itálico), seções referenciadas da obra, como no exemplo, a seguir: (João Crisóstomo, *De Statui*, Hom. XX, 3). Além dessas configurações, o Projeto de Monografia se constituirá entre 10 e 15 laudas (Papel A4). A estrutura do Projeto de Monografia<sup>9</sup> deve ser composta das seguintes seções, as quais explicaremos parte a parte:



<sup>9</sup> Sobre a estrutura de Projetos de Pesquisa em História, vide: BARROS, 2005.

- 3.1 Capa
- 3.2 Folha de rosto
- 3.3 Sumário
- 3.4 Identificação
  - 3.4.1 Título:
  - 3.4.2 Responsável:
  - 3.4.3 Orientador(a): [Nome do(a) Orientador(a)]
  - 3.4.4 Início previsto:
  - 3.4.5 Duração: 12 meses
- 3.5 Resumo e palavras-chave
- 3.6 Introdução (o contexto histórico no qual se insere o objeto de pesquisa)
- 3.7 Definição da problemática
- 3.8 Balanço historiográfico
- 3.9 Justificativa
- 3.10 Objetivos
- 3.11 Instrumental teórico-metodológico
- 3.12 Natureza da documentação histórica
- 3.13 Critério de viabilidade
- 3.14 Plano de trabalho e cronograma de execução das tarefas
- 3.15 Plano de redação da monografia (proposta)

### 3.16 Bibliografia

3.16.1 Documentação textual

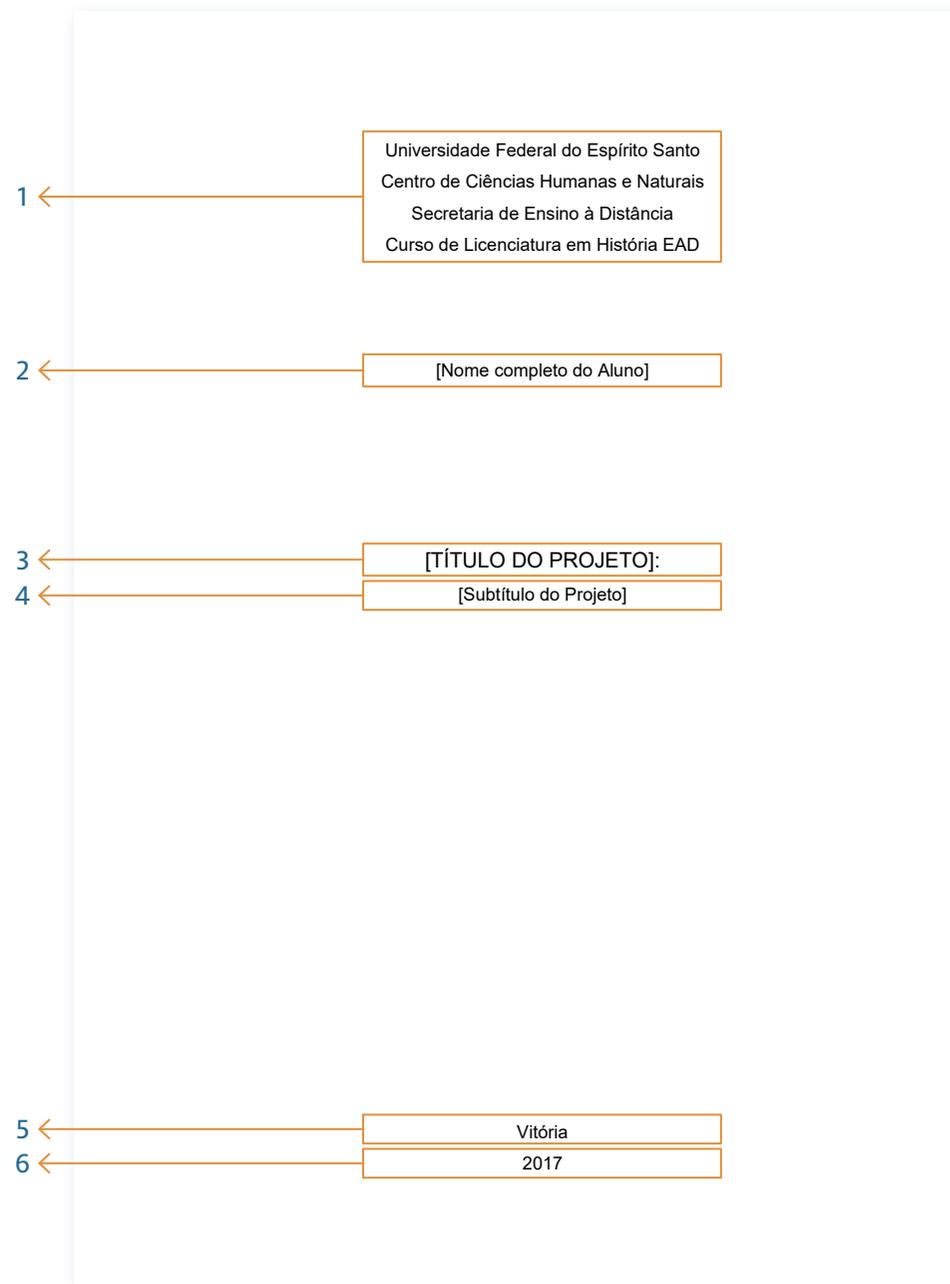
3.16.2 Documentação de cultura material

3.16.3 Obras teórico-metodológicas

3.16.4 Obras de historiografia

## 3.1 A capa

A capa é a primeira lauda do Projeto e identifica o trabalho seguindo as normas da ABNT. Compõe-se de seis informações imprescindíveis: **1.** a *Instituição* na qual a pesquisa monográfica será desenvolvida; **2.** o *Nome Completo* do responsável pelo Projeto e pesquisa monográfica, o aluno; **3.** o *Título* da proposta de pesquisa monográfica, que será o título do Projeto de Monografia; **4.** o *Subtítulo* da proposta de pesquisa monográfica, do Projeto de Monografia; **5.** a *Cidade* (do Polo) em que o aluno de EAD esteja vinculado; **6.** o *Ano* de produção do Projeto de Monografia. Todos esses elementos estão dispostos em seus devidos lugares conforme podemos conferir na imagem a seguir: 



## 3.2 A folha de rosto

Segue o mesmo padrão da **Capa** acrescido de um pequeno texto explicativo sobre a natureza do trabalho produzido, conforme o exemplo abaixo e disposto na lauda, como pode ser visualizado na imagem a seguir. Exemplo de texto explicativo sobre a natureza do trabalho: 

Projeto de Monografia apresentado à Universidade Aberta do Brasil (UAB), Secretaria de Ensino a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (SEAD-UFES) como pré-requisito para obtenção de créditos na disciplina de *Monografia 1*. O presente projeto será realizado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Aberta do Brasil, junto à Secretaria de Ensino a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (SEAD-UFES) e sob a orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) [Nome do(a) Orientador(a)].

Universidade Federal do Espírito Santo  
Centro de Ciências Humanas e Naturais  
Secretaria de Ensino à Distância  
Curso de Licenciatura em História EAD

[Nome completo do Aluno]

[TÍTULO DO PROJETO]:

[Subtítulo do Projeto]

Projeto de Monografia apresentado à Universidade Aberta do Brasil (UAB), Secretaria de Ensino a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (SEAD-UFES) como pré-requisito para obtenção de créditos na disciplina de *Monografia 1*. O presente projeto será realizado no Curso de Licenciatura em História da Universidade Aberta do Brasil, junto à Secretaria de Ensino a Distância da Universidade Federal do Espírito Santo (SEAD-UFES) e sob a orientação do(a) Professor(a) Doutor(a) [Nome do(a) Orientador(a)].

Vitória  
2017

### 3.3 O sumário

O sumário apresenta todas as partes do Projeto de Monografia e suas respectivas páginas. A disposição do Sumário pode ser exemplificada, na lauda, como demonstra a imagem ao lado: .....

### 3.4 A identificação

A identificação e as próximas seções do Projeto de Monografia se constituirão do texto do projeto propriamente dito. A identificação deve evidenciar informações claras e precisas que são divididas em cinco (5) partes:

#### 3.4.1 O título do projeto

Deve conter, imprescindivelmente, indicação dos documentos/autoridade, recorte cronológico definido e conceitos/abordagem indicativa do instrumental teórico-metodológico.

#### 3.4.2 O responsável pela confecção do projeto

É o proponente do objeto de pesquisa apresentado no Projeto de Monografia.

#### 3.4.3 A identificação do(a) Professor(a)

Professor(a) que orientará o Projeto e a Monografia resultante do Projeto produzido.

SUMÁRIO	
<b>1. Identificação</b> .....	00
1.1. Título .....	00
1.2. Responsável .....	00
1.3. Orientador(a) .....	00
1.4. Início previsto .....	00
1.5. Duração .....	00
<b>2. Resumo e Palavras-chave</b> .....	00
<b>3. Introdução</b> .....	00
<b>4. Definição da problemática</b> .....	00
<b>5. Balanço historiográfico</b> .....	00
<b>6. Justificativa</b> .....	00
6.1. Justificativa científica .....	00
6.2. Justificativa pessoal .....	00
<b>7. Objetivos</b> .....	00
7.1. Objetivos gerais .....	00
7.2. Objetivos específicos .....	00
<b>8. Instrumental teórico-metodológico</b> .....	00
<b>9. Natureza da Documentação histórica</b> .....	00
<b>10. Critério de viabilidade</b> .....	00
<b>11. Plano de trabalho e Cronograma</b> .....	00
11.1. Legenda de tarefas .....	00
11.2. Cronograma de realização das tarefas .....	00
<b>12. Plano de redação da Monografia</b> .....	00
<b>13. Bibliografia</b> .....	00
13.1. Documentação escrita .....	00
13.2. Documentação de cultura material .....	00
13.3. Obras teórico-metodológicas .....	00
13.4. Obras de historiografia .....	00

### 3.4.4 O início previsto

O início previsto para a pesquisa se define como sendo o dia de ingresso na disciplina de *Monografia 1*.

### 3.4.5 A duração

Refere-se aos 12 meses porque integra o conjunto das disciplinas de *Monografia 1* e *Monografia 2*. Esses elementos estão dispostos na lauda, seguindo o sumário, como exemplificado abaixo (Conferir também imagem a seguir):

- 1.1. Título: *De eleemosina: a 'pobreza' e a 'caridade' em João Crisóstomo (séc. IV d.C.)*
- 1.2. Responsável: [Nome do Aluno]
- 1.3. Orientador(a): [Nome do(a) Orientador(a)]
- 1.4. Início previsto: 6 de Março
- 1.5. Duração: 12 meses

3

#### 1. Identificação

- 1.1. Título: *De eleemosina: a 'pobreza' e a 'caridade' em João Crisóstomo (séc. IV d.C.)*
- 1.2. Responsável: [Nome do Aluno]
- 1.3. Orientador(a): [Nome do(a) Orientador(a)]
- 1.4. Início previsto: 6 de março
- 1.5. Duração: 12 meses

#### 2. Resumo e Palavras-chave

Desde o reconhecimento, pelo imperador Constantino, de que o cristianismo é uma *religiosicita*, os cristãos passaram a, legalmente, interferir na sociedade romana tardo-antiga. O assistencialismo, como interpretado pela elite eclesiástica, é inovador e agrega segmentos sociais importantes sob a categoria de "pobres". Os "pobres" são os mais diversos grupos sociais. Propomos, com o presente projeto, compreender quem eram os pobres e qual o significado da pobreza no assistencialismo cristão do século IV, na visão de João Crisóstomo, um importante membro da elite eclesiástica do período. Para isso, nos fundamentaremos na documentação *Homilia 10 – Sobre a doação de esmolos*, de João Crisóstomo. Recorreremos à *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin para a inferência e análise documental. Buscando interpretar e conceitualizar os conceitos de "pobreza" e "caridade" em João Crisóstomo, utilizaremos as teses de Peter Brown de modo que possamos compreender mediante leitura historiográfica como podemos compreender a pobreza e o assistencialismo cristão na sociedade romana da Antiguidade Tardia.

*Palavras-chave:* Antiguidade Tardia; Império Romano; Cristianismo; João Crisóstomo; Pobreza; Caridade.

#### 3. Introdução

A Antiguidade Tardia apresenta uma realidade distinta dos períodos precedentes da história romana e é marcado por uma ampla reestruturação sentida em todos os aspectos da vida social. Após a Anarquia Militar (235-284) – período no qual ocorre uma infinidade de golpes militares – emerge um sistema político-ideológico, o *Dominato*, que se define pelo seu caráter monárquico particular (Silva, 1999:202). O poder político não se fundamenta mais nos ideais da *Res Publica*. O imperador exerce um poder excepcional que emerge de um processo de reconceitualização do divino e do sagrado (*basileia*), reclama para si o monopólio sobre o sagrado e o imperador, reconhecido como *Deo et Domino Nato*, exerce a premissa de que governa por delegação de uma autoridade transcendente (SILVA, 2003, p.

## 3.5 O resumo e as palavras-chave

O resumo deve se constituir de um breve parágrafo no qual se explicita os termos da proposta de pesquisa para a produção da Monografia. Primeiro, uma rápida contextualização com recorte cronológico. Segundo, apresentação do objeto de pesquisa (no caso do exemplo: Pobreza e caridade em João Crisóstomo). Terceiro, enunciação do(s) documento(s) que fundamentará(ão) a pesquisa (no exemplo: Homilia 10, de João Crisóstomo). Quarto, expor o instrumental teórico-metodológico selecionado para pesquisa (no exemplo: arcabouço conceitual — “pobreza” e “caridade” recorrendo à historiografia, de Peter Brown; metodologia — Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin).  E, por fim, os resultados esperados (no exemplo: ser possível compreender a pobreza e o assistencialismo cristão no contexto da sociedade romana tardo-antiga). “” As palavras-chave são aquelas que permeiam e definem o campo semântico da proposta de pesquisa. Estas são necessárias dado que cada vez mais, na contemporaneidade, dependemos de buscadores (em sites de busca, bancos de dados) para selecionarmos nossa leitura, fazer levantamentos bibliográficos. Podemos escolher até, no máximo, seis (6) palavras, separadas por ponto e vírgula, para definir o universo no qual se inserirá a proposta de pesquisa e o resultado final dessa investigação, a Monografia (no exemplo: as palavras escolhidas foram “Antiguidade Tardia”; “Império Romano”; “Cristianismo”; “João Crisóstomo”; “Pobreza”; “Caridade”). .....

3

### 1. Identificação

- 1.1. Título: *De elemosina: a 'pobreza' e a 'caridade' em João Crisóstomo (séc. IV d.C.)*
- 1.2. Responsável: [Nome do Aluno]
- 1.3. Orientador(a): [Nome do(a) Orientador(a)]
- 1.4. Início previsto: 6 de março
- 1.5. Duração: 12 meses

### 2. Resumo e Palavras-chave

Desde o reconhecimento, pelo imperador Constantino, de que o cristianismo é uma *religiosita*, os cristãos passaram a, legalmente, interferir na sociedade romana tardo-antiga. O assistencialismo, como interpretado pela elite eclesiástica, é inovador e agrega segmentos sociais importantes sob a categoria de “pobres”. Os “pobres” são os mais diversos grupos sociais. Propomos, com o presente projeto, compreender quem eram os pobres e qual o significado da pobreza no assistencialismo cristão do século IV, na visão de João Crisóstomo, um importante membro da elite eclesiástica do período. Para isso, nos fundamentaremos na documentação *Homilia 10 – Sobre a doação de esmolas*, de João Crisóstomo. Recorreremos à *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin para a inferência e análise documental. Buscando interpretar e conceitualizar os conceitos de “pobreza” e “caridade” em João Crisóstomo, utilizaremos as teses de Peter Brown de modo que possamos compreender mediante leitura historiográfica como podemos compreender a pobreza e o assistencialismo cristão na sociedade romana da Antiguidade Tardia.

*Palavras-chave:* Antiguidade Tardia; Império Romano; Cristianismo; João Crisóstomo; Pobreza; Caridade.

### 3. Introdução

A Antiguidade Tardia apresenta uma realidade distinta dos períodos precedentes da história romana e é marcado por uma ampla reestruturação sentida em todos os aspectos da vida social. Após a Anarquia Militar (235-284) – período no qual ocorre uma infinidade de golpes militares – emerge um sistema político-ideológico, o *Dominio*, que se define pelo seu caráter monárquico particular (Silva, 1999:202). O poder político não se fundamenta mais nos ideais da *Res Publica*. O imperador exerce um poder excepcional que emerge de *um processo de reconceitualização do divino e do sagrado (basílica)*, reclama para si o monopólio sobre o sagrado e o imperador, reconhecido como *Deo et Domino Nato*, exerce a premissa *de que governa por delegação de uma autoridade transcendente* (SILVA, 2003, p.

### 3.6 A introdução (o contexto histórico no qual se insere o objeto de pesquisa)

Na Introdução do Projeto de Monografia, deve ser apresentado o contexto histórico no qual se insere a temática selecionada como objeto de pesquisa de monografia (no exemplo: o contexto histórico é o da chamada “Antiguidade Tardia”/“Século IV d.C.”, desse modo, se desenvolve um texto sobre como se caracteriza esse período da história romana com enfoque na história do cristianismo, no assistencialismo cristão). 

### 3.7 A definição da problemática

Na definição da problemática, discorre-se sobre o tema específico a ser problematizado. Nesse item, especifica-se a apresentação do tema destacando o recorte cronológico, o documento selecionado e a temática que se extrairá do documento. É nessa seção que são definidos os parâmetros mediante os quais se proporá a pesquisa de monografia. Discorre-se acerca do autor e de seu contexto mais específico, filiação social, a que grupo social pertence o autor e que perspectiva o autor antigo pretende promover.

### 3.8 O balanço historiográfico

O balanço historiográfico (fortuna crítica ou debate historiográfico) é a seção no qual se disserta sobre a historiografia específica

#### 1. Identificação

- 1.1. *Título: De elemosina: a 'pobreza' e a 'caridade' em João Crisóstomo (séc. IV d.C.)*
- 1.2. *Responsável: [Nome do Aluno]*
- 1.3. *Orientador(a): [Nome do(a) Orientador(a)]*
- 1.4. *Início previsto: 6 de março*
- 1.5. *Duração: 12 meses*

#### 2. Resumo e Palavras-chave

Desde o reconhecimento, pelo imperador Constantino, de que o cristianismo é uma *religiositas*, os cristãos passaram a, legalmente, interferir na sociedade romana tardo-antiga. O assistencialismo, como interpretado pela elite eclesiástica, é inovador e agrega segmentos sociais importantes sob a categoria de “pobres”. Os “pobres” são os mais diversos grupos sociais. Propomos, com o presente projeto, compreender quem eram os pobres e qual o significado da pobreza no assistencialismo cristão do século IV, na visão de João Crisóstomo, um importante membro da elite eclesiástica do período. Para isso, nos fundamentaremos na documentação *Homilia 10 – Sobre a doação de esmolas*, de João Crisóstomo. Recorreremos à *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin para a inferência e análise documental. Buscando interpretar e conceitualizar os conceitos de “pobreza” e “caridade” em João Crisóstomo, utilizaremos as teses de Peter Brown de modo que possamos compreender mediante leitura historiográfica como podemos compreender a pobreza e o assistencialismo cristão na sociedade romana da Antiguidade Tardia.

*Palavras-chave:* Antiguidade Tardia; Império Romano; Cristianismo; João Crisóstomo; Pobreza; Caridade.

#### 3. Introdução

A Antiguidade Tardia apresenta uma realidade distinta dos períodos precedentes da história romana e é marcado por uma ampla reestruturação sentida em todos os aspectos da vida social. Após a Anarquia Militar (235-284) – período no qual ocorre uma infinidade de golpes militares – emerge um sistema político-ideológico, o *Dominato*, que se define pelo seu caráter monárquico particular (Silva, 1999:202). O poder político não se fundamenta mais nos ideais da *Res Publica*. O imperador exerce um poder excepcional que emerge de um processo de reconceitualização do divino e do sagrado (*basileia*), reclama para si o monopólio sobre o sagrado e o imperador, reconhecido como *Deo et Domino Nato*, exerce a premissa de que governa por delegação de uma autoridade transcendente (SILVA, 2003, p.

produzida sobre o tema escolhido proposto em Projeto para ser problematizado. Esse é o lugar no qual se apresenta uma literatura mais especializada e representativa do que se produziu ao longo dos anos sobre o tema proposto no Projeto de Monografia. Exemplo: no caso do tema sobre “a pobreza e a caridade em João Crisóstomo”, a historiografia selecionada, resultado de um levantamento bibliográfico inicial, nos mostra que, *grosso modo*, o tema da “pobreza” e da “caridade” em João Crisóstomo era tratado, ao longo de anos, como um objeto de estudo da Teologia ou da História da Religião, ou ainda como tema de uma História Econômica como resultado de circulação de bens mediante a instituição do assistencialismo cristão na Antiguidade Tardia. O balanço historiográfico pode ser realizado, portanto, a partir da seleção e escolha de algumas referências (mais ou menos 3 obras de referência sobre o tema). 

### 3.9 A Justificativa

A justificativa pode ser dividida em *justificativa acadêmico-científica* e *justificativa pessoal*. A primeira está estreitamente relacionada com o balanço historiográfico que fornecerá o cenário dos debates e reflexões acadêmicas acerca da temática proposta e, portanto, nos municia acerca da *originalidade* da proposta temática porque indica o trajeto de pesquisa a seguir e facilita o reconhecimento da lacuna historiografia. É um texto breve que sintetiza o que nos apresenta o debate historiográfico. Vejamos um exemplo que tem como objeto de investigação o Levante das Estátuas, conflito ocorrido em 387 d.C. e tem recebido atenção esparsa pela historiografia:

#### 3.9.1 Justificativa acadêmico-científica

O objeto que propomos analisar, apesar de receber atenção por parte da bibliografia geral e especializada, ainda é referenciado segundo perspectivas sociais. As referências ao conflito conhecido como O Levante das Estátuas nas obras sobre o Império Romano são geralmente breves, de forma que não são avaliadas a perspectiva e posição da Igreja nesse contexto. Nas obras especializadas, as contribuições são reconhecidamente valiosas. No entanto, há ainda algumas lacunas. Ou seja, não há estudos sobre o grau de interferência da Igreja cristã na relação entre Estado e sociedade. Desse modo, a pesquisa interessa ao conhecimento histórico na medida em que pretendemos preencher uma lacuna deixada pela historiografia, já que o tema aqui tratado por nós será reinterpretado segundo uma perspectiva diferente e renovada. Além disso, recorremos a fontes cristãs até o momento pouco exploradas. Interessa também por permitir a aproximação e o intercâmbio entre a História e a Ciência Política.

A *justificativa pessoal* é subjetiva. Explicita o motivo do interesse do aluno pela pesquisa e pela seleção do tema e da subárea como podemos ver no exemplo abaixo:

#### 3.9.2 Justificativa pessoal

Interessa à pesquisadora na medida em que se constitui uma etapa fundamental para a sua busca pela especialização em História Antiga, bem como contribui para um aprimoramento do seu conhecimento histórico mediante o contínuo exercício da prática de pesquisa.

### 3.10 Os objetivos

Os objetivos são sempre ações. E como ações, estão organizados em forma de listagem e se inicia com um verbo no infinitivo. Além disso, podem ser divididos em *Objetivos gerais* que corresponderá ao contexto mais amplo da pesquisa de monografia proposta (no exemplo, a pobreza e a caridade na lógica do assistencialismo cristão do século IV d.C.) e *Objetivos específicos* que se referem ao particular, ou seja, referem-se à visão e à perspectiva do assistencialismo cristão na documentação selecionada de João Crisóstomo. Exemplo, conforme nosso caso [o estudo sobre a pobreza e caridade em João Crisóstomo no século IV d.C.]:

#### 3.10.1 Objetivos gerais

Compreender o assistencialismo cristão do século IV d. C. por intermédio do pensamento de João Crisóstomo.

#### 3.10.2 Objetivos específicos

- a) Mapear os “pobres” evocados na documentação de João Crisóstomo.
- b) Relacionar os “pobres” com os “ricos” a partir da documentação joanina.
- c) Identificar os tipos de caridade cristã mencionados por João Crisóstomo.

### 3.11 O instrumental teórico-metodológico

O item *instrumental teórico-metodológico* apresenta as ferramentas conceituais e de abordagem, assim como a interpretação da temática/documento selecionado para a pesquisa de Monografia. A teoria refere-se ao arcabouço conceitual que permeará a pesquisa monográfica. Se uma proposta de pesquisa se refere ao estudo de conflitos, por exemplo, o conceito de *conflitos políticos*, conflitos sociais, *levantes populares* podem compor o universo de conceitos a se refletir e operacionalizar numa pesquisa sobre o Levante das Estátuas, edição popular ocorrida em 387 d.C. Para a História Antiga, o método da Análise de Conteúdo e a Técnica de Análise Categorical, de Laurence Bardin, tem produzido resultados bastante profícuos (como mencionamos no capítulo 2, subitem 2.6., da presente obra).

### 3.12 A natureza da documentação histórica

A natureza da documentação histórica refere-se ao gênero literário que classifica a documentação selecionada para a pesquisa monográfica. É imprescindível conhecer as regras que regem a produção do texto antigo para se compreender o que está em jogo na análise dos dados (evidências) extraídos da documentação. No exemplo acerca do tema da *pobreza e caridade em João Crisóstomo*, a documentação selecionada é classificada na bibliografia especializada como uma *Homilia*. A compreensão do que é uma homilia no contexto da Antiguidade contribuirá para entendermos, por exemplo, a audiência (o público alvo) do pronunciamento em púlpito. E assim sendo,

podemos alcançar, por exemplo, quem poderiam ser os “ricos” que escutam as prédicas de João Crisóstomo. Assim, essa seção do Projeto de Monografia auxiliará e guiará o aluno nas pesquisas sobre o tema selecionado e proposto. Logo, aqui é o espaço onde o aluno deve dissertar sobre a documentação e seu gênero literário. 

### 3.13 O critério de viabilidade

O critério de viabilidade é o item no qual se fornece as informações acerca da viabilidade do Projeto. O projeto é viável? É a primeira pergunta a ser respondida. E se é viável, por quê? A viabilidade de um Projeto, como proposta de pesquisa, é medida, primeiramente, pela existência de documentação que forneça as evidências necessárias para explicar e problematizar o tema proposto. Havendo documentos, estes são disponíveis e de fácil acesso? Se for texto, tenho conhecimento da linguagem e do idioma em que o documento está escrito? Se for cultura material, é prudente perguntar: possuo o conhecimento especializado necessário para interpretar uma epigrafiagem, moedas, estatuária, esculturas e monumentos arquitetônicos?  Exemplo de texto sobre o critério de viabilidade a seguir:

#### 3.13 Critério de viabilidade:

O presente projeto é viável, uma vez que a maior parte do material bibliográfico e da documentação primária impressa já se encontra em poder da pesquisadora. Além disso, contamos com tempo disponível para a realização

deste estudo, visto que não temos nenhum vínculo empregatício, o que nos permite dedicação exclusiva à pesquisa. Assim, embora a bibliografia sugerida possa parecer extensa, as leituras já se encontram iniciadas e, portanto, será possível cumprir com o cronograma estabelecido.

### 3.14 O Plano de Trabalho e o Cronograma

O plano de trabalho corresponde a um (1) ano de trabalhos de pesquisa, atividades e cumprimento dos créditos das disciplinas de *Monografia 1* e *Monografia 2* do curso de Licenciatura em História do Ensino a Distância (EAD/SEAD) que chamaremos no conjunto de *Tarefas*, sistematizando-as, *grosso modo*, em treze (13) tarefas fundamentais como segue descrito na legenda abaixo. Isso não significa pensar, no entanto, que outras atividades ou compromissos que, por ventura, se apresentem ou se julguem necessários e obrigatórios não sejam desempenhados uma vez que não estejam planejados e/ou descritos no cronograma. O Plano de Trabalho e o Cronograma de Execução das Tarefas que se apresentam são, a princípio, um guia fundamental e imprescindível por meio do qual se busca cumprir as etapas de uma pesquisa e produção de um texto como a Monografia de Graduação.

### 3.14.1 Legenda de Tarefas

#### Tarefas:

**T1** – Levantamento bibliográfico (documentos, historiografia e obras de caráter teórico-metodológico)

**T2** – Entrega da *Introdução*

**T3** – Entrega da *Definição da problemática, do Balanço historiográfico e da Justificativa*

**T4** – Entrega do *Instrumental teórico-metodológico*

**T5** – Entrega da *Natureza da documentação histórica*

**T6** – Entrega do *Projeto de Monografia*

**T7** – Análise da documentação, coleta e organização de dados

**T8** – Leitura, análise e seleção da bibliografia

**T9** – Redação e correção do *Capítulo 1*

**T10** – Redação e correção do *Capítulo 2*

**T11** – Síntese dos dados e redação da *Introdução e Considerações Finais*

**T12** – Finalização da redação da *Monografia*

**T13** – Correção final da *Monografia*

### 3.14.2 Cronograma de Execução das Tarefas

Tarefas	ANO LETIVO				
	1º Semestre (O projeto de Monografia)				
	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO
T1	X	X	X	X	X
T2	X				
T3		X			
T4			X		
T5				X	
T6					X
T7					X
T8					
T9					
T10					
T11					
T12					
T13					

Tarefas	ANO LETIVO				
	2º Semestre (A Monografia)				
	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
T1	X	X	X	X	
T2					
T3					
T4					
T5					
T6					
T7	X				
T8	X	X			
T9	X	X			
T10		X	X		
T11			X	X	
T12				X	X
T13					X

### 3.15 O plano de redação da Monografia (Proposta)

O plano de redação da Monografia é a apresentação da estrutura textual da Monografia em capítulos e seções. Como plano de redação, a estrutura textual apresentada é uma proposta e, como sugestão, pode ser reestruturada no decorrer da pesquisa e durante a escrita da Monografia. Para o nível de graduação e, portanto, para a Monografia, a estrutura será composta de uma introdução, dois capítulos e considerações finais, apresentando ainda, quando for o caso,

apêndices e anexos (que discutiremos mais adiante). No exemplo que elencamos, a proposta de estrutura da Monografia ou o plano de redação da Monografia poderia seguir da forma abaixo descrita:

#### INTRODUÇÃO

1. Apresentação da problemática
2. História e Historiografia
3. Objetivos e Justificativas
4. Documentos e o recorte cronológico
5. A teoria (os conceitos a utilizar) e a metodologia
6. A estrutura da redação da Monografia

#### CAPÍTULO 1

##### A pobreza em João Crisóstomo

1. João Crisóstomo, vida e obra
2. A historiografia joanina
3. A preocupação com os pobres
4. Os pobres cristãos
5. A relação político-cultural entre “ricos” e “pobres”

#### CAPÍTULO 2

##### A caridade em João Crisóstomo

1. A virtude da caridade cristã
2. Os tipos de caridade cristã
3. A caridade joanina

4. A política da caridade
5. A caridade em prol dos “pobres” cristãos

---

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

1. A caridade e a pobreza no assistencialismo cristão do século IV d.C.

### 3.16 Bibliografia

A bibliografia do Projeto é resultado de um *levantamento bibliográfico*. O levantamento bibliográfico é uma busca exploratória de livros, artigos, teses, dissertações, verbetes de dicionários ou qualquer obra historiográfica, literária, teórico-metodológica que contribua para o desenvolvimento e realização da pesquisa monográfica. Para o levantamento bibliográfico, a internet se constitui numa ferramenta de busca preciosa. Especialmente importantes são os acessos a informações e acervos das suas Bibliotecas e periódicos acadêmicos oferecidos pela Universidade Federal do Espírito Santo. A seguir, uma lista básica de links que podem auxiliar o aluno em sua busca exploratória inicial:

- 🌊 [repositorio.ufes.br](http://repositorio.ufes.br) (riUfes) – Oferece acesso a obras integrais publicadas pela EDUFES e pela Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes);
- 🌊 [www.acervo.bc.ufes.br](http://www.acervo.bc.ufes.br) – Oferece acesso às referências das obras que existem no acervo físico das Bibliotecas da Ufes;

- 🌊 [www.periodicos.capes.gov.br](http://www.periodicos.capes.gov.br) – Acervo de periódicos acadêmicos oferecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). O acesso remoto<sup>10</sup> pode ser feito por meio da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes);
- 🌊 [www.btdt.ufes.br/tde\\_biblioteca/login.php](http://www.btdt.ufes.br/tde_biblioteca/login.php) – Acervo da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD);
- 🌊 [www.periodicos.ufes.br/romanitas](http://www.periodicos.ufes.br/romanitas) – Romanitas. Periódico acadêmico específico para pesquisas em estudos greco-latinos, História Antiga, com Dossiês temáticos, artigos livres e resenhas de livro;
- 🌊 [dialnet.unirioja.es](http://dialnet.unirioja.es) – Disponibiliza referências e textos integrais de artigos em periódicos acadêmicos;
- 🌊 [digitalis.uc.pt](http://digitalis.uc.pt) – Acervo digital da Universidade de Coimbra que oferece acesso integral a algumas obras;
- 🌊 [www.academia.edu](http://www.academia.edu) – Site no qual a comunidade científica mundial (especialistas, pesquisadores, estudantes de graduação ou de pós-graduação) disponibiliza produção científica própria mediante a manutenção de um perfil.

Embora a internet seja uma ferramenta imprescindível de busca e captação de material (bibliografia, documentos) de pesquisa, os acervos físicos são importantes aspectos da experiência de pesquisa e investigação histórica oferecendo uma outra relação com o objeto de investigação e podendo, inclusive, ter acesso a obras que, por alguma razão, não estejam incluídas no acervo digital e virtual das instituições.



<sup>10</sup> Sobre como realizar acesso remoto, vide: <https://goo.gl/qGCsST>

A bibliografia do Projeto de Monografia deve compor-se de **obras citadas no Projeto** e **obras não citadas no Projeto**, mas, que virão a fazer parte do conjunto de leituras para a escrita da Monografia e que estejam em estreita relação com a temática, objeto de pesquisa e interpretação. A bibliografia ainda tem algumas características importantes. Deve compor-se de uma variedade de obras: Livros, Capítulos de Livros, Artigos, Teses, Dissertações, Verbetes de dicionários.

 A diversidade também é importante do ponto de vista historiográfico: obras que pertençam a correntes historiográficas distintas, como da História Cultural, História Política, História Nova, Escola Marxista, Escola dos *Annales*, História Econômica, História Demográfica, História da Religião ou qualquer produção historiográfica que se relacione com o objeto de pesquisa. 

Deve conter também uma diversidade de produção historiográfica mundial e nacional, historiografia britânica, historiografia americana, historiografia italiana, historiografia hispânica, historiografia de produção nacional (caso o aluno tenha conhecimento dos idiomas).

Sobre a diversidade na bibliografia, também é importante a variedade temporal, ou seja, obras historiográficas consideradas recentes, antigas, “clássicas” e que também estejam em estreita relação com o objeto de pesquisa. 

Quanto à forma de apresentação da bibliografia, no Projeto, deve-se listar a bibliografia selecionada para compor o Projeto de acordo com a seguinte classificação e nesta ordem:

#### 3.16.1 Documentação textual

#### 3.16.2 Documentação de cultura material

#### 3.16.3 Obras teórico-metodológicas

#### 3.16.4 Obras de historiografia

### 3.16.1 A documentação textual

Nesse campo, deve-se listar as referências dos documentos históricos de natureza textual e impressa. Exemplo: Homilias, Orações, Panegíricos, Epístolas (Missivas), Histórias (Crônicas), Epígrafes (como texto), Epigramas, Fábulas, Leis (Códigos), Tratados, Biografias eto-da sorte de textos e impressos, que foram selecionados como “documento histórico”, relacionados à pesquisa proposta em Projeto.

### 3.16.2 A documentação de cultura material (se houver)

Nesse campo, deve-se listar a documentação a que chamamos de cultura material ou, de acordo com alguns autores, documentação arqueológica. Exemplos: estatuária, esculturas, epígrafias, numismática, arquitetura, monumentos, lâminas de metal (com informações legislativas), templos, santuários, frisos, relevos, pinturas parietais, grafites, mosaicos, manuscritos, iluminuras, joias, utensílios domésticos, altares.

**OBSERVAÇÃO:** Para uma pesquisa monográfica, no nível de Graduação, a seleção de uma (1) documentação histórica é suficiente (Preferencialmente, de natureza textual).

### 3.16.3 Obras teórico-metodológica

Nesse campo, deve-se listar obras de caráter teórico e metodológico para o tratamento, análise, interpretação e abordagem dos documentos, das evidências e do tema. Obras que contribuem para a percepção do arcabouço teórico-conceitual a ser operacionalizado na compreensão da pesquisa proposta em Projeto e escrita em Monografia. Obras que tratem da metodologia selecionada. Verbetes de dicionários (para compreensão de conceitos históricos) e obras de

referência (Dicionário, Enciclopédias, obras sobre abordagem, teoria, referenciação e citação histórica e historiográfica) para o entendimento da escrita da história e interpretação do objeto de pesquisa.

#### 3.16.4 Obras de historiografia

Nesse campo, listam-se todas as obras de historiografia sobre o tema, sobre o contexto histórico, sobre os autores antigos da documentação selecionada, sobre o documento escolhido, toda e qualquer obra referente à história e historiografia da temática a ser problematizada.  Por fim, a listagem bibliográfica é enumerada em ordem alfabética (crescente) e quando há mais obras de umtemporal (da obra mais recente ao mais antigo, quando tem-se mais de uma obra de um mesmo autor). Essa ordenação das obras se inicia a cada nova listagem da classificação apresentada anteriormente. A partir dessas considerações, veja o exemplo de bibliografia, como listamos abaixo, seguindo as recomendações acima descritas: ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

### 3.16 Bibliografia

#### 3.16.1 Documentação textual

AGOSTINHO DE HIPONA. *A cidade de Deus*. Petrópolis: Vozes, 2010.

AMBROSE OF MILAN. Oration on the death of Theodosius I. In: Liebeschuetz, J.H.W.G. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. Translated Text for Historians, v. 43. Liverpool: Liverpool University Press, 2005, p. 174–203.

AMBROSE OF MILAN. Epistula 74 [Maur 40]. In: LIEBESCHUETZ, J.H.W.G. *Ambrose of Milan: political letters and speeches*. Liverpool: Liverpool University Press, 2005, p. 96–111.

#### 3.16.2 Documentação de cultura material

BECKER, L. & KONDOLEON, C. *The Arts of Antioch: Art Historical and Scientific Approaches to Roman Mosaics and a Catalogue of the Worcester Art Museum Antioch Collection*. Princeton: Princeton University Press, 2005.

KONDOLEON, C. *Antioch: the lost city*. New Jersey: Princeton University Press, 2000.

#### 3.16.3 Obras teórico-metodológicas

BALANDIER, G. *A desordem*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

CAPELATO, M. História política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 1–5, 1996.

CARDOSO, C.F.; VAINFAS, R. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

#### 3.16.4 Obras de historiografia

LÓPES HERNANDO, P.; LASALA NAVARRO, I. Origo Constantini Imperatoris, comentário, notas y traducción. *Habis*, n. 38, 2007, p. 271–285.

LUNN-ROCKLIFFE, S. *Ambrosiaster's political theology*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

MAAS, M. People and identity in Roman Antioch. In: KONDOLEON, C. *Antioch: the lost city*. New Jersey: Princeton University Press, 2000, p. 13–21.

MACHADO, C. A. R. Urban Space and Power in Late Antique Rome, A.D. 284–535. 2006. Tese (Tese de Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História Clássica da Universidade de Oxford, 2006.

MARROU, H-I. *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MATTEWS, J. *Western Aristocracies and Imperial Court*. A.D. 364–425. Oxford: Clarendon Press, 1990.

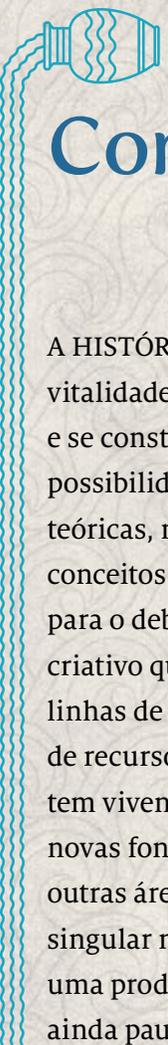
A bibliografia organizada acima exemplifica o que apresentamos em cada uma das seções. Como podemos listar abaixo, a bibliografia apresentou:

1. Organização em ordem alfabética;
2. Diversidade de obras: **periódico acadêmico**; **livro**; **capítulo de livro** e **tese**;
3. Diversidade de obras no tempo: obras do ano 2007; 2006; 2000; 1996; 1997; 1990 e 1978.

Para além dessas considerações, sugerimos consultar as obras de *Normalização de Referências e Normalização de Trabalhos Científicos e Acadêmicos* publicadas pela Universidade Federal do Espírito Santo, que podem ser encontradas online no Repositório Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (riUfes): <https://goo.gl/nMJzaf>

e <https://goo.gl/wurjAz>.  Após a bibliografia ainda temos duas seções, opcionais, na estrutura do projeto: **Apêndices** e/ou **Anexos**. Os apêndices são constituídos por textos (traduções), imagens, esquemas, gráficos, tabelas que tenham sido confeccionados pelo próprio autor da pesquisa (autoria própria), sendo, portanto, material original produzido pelo estudante. Os anexos são materiais (imagens, esquemas, tabelas, mapas) que sejam retirados de outras obras e que possam vir a compor o Projeto ou a Monografia. Além disso, apêndices e anexos só comporão o Projeto ou Monografia quando o material não estiver locado no corpo do Projeto ou da Monografia. A opção pelo uso de Apêndices e Anexos significa, particularmente, manter em uma seção única todo o material adicional que venha a contribuir para o texto monográfico (tabelas, mapas, imagens, esquemas).





## Considerações finais

A HISTÓRIA ANTIGA ENCONTRA-SE NUM CONTEXTO DE vitalidade ímpar, seja no âmbito internacional, seja no nacional, e se constitui a partir de uma pluralidade de abordagens e possibilidades interpretativas recorrendo a múltiplas possibilidades teóricas, metodológicas e conceituais ou mesmo revisitando velhos conceitos e abordagens num movimento revisionista que contribui para o debate e reflexão dessa subárea da história. Um contexto criativo que significa, inclusive, na prática, a emergência de novas linhas de pesquisa, novos objetos de investigação e especialização de recursos humanos nessa subárea. E, no Brasil, a História Antiga tem vivenciado um momento bastante profícuo. A utilização de novas fontes de pesquisa, novas abordagens, aproximações com outras áreas de conhecimento significou uma transformação singular na escrita da História Antiga que colocam em revista uma produção historiográfica tradicional e uma historiografia ainda pautada segundo parâmetros normativos, elitizada porque

privilegia as perspectivas das elites antigas, não plural, e se situa a partir de perspectivas clássicas greco-romanas. Por exemplo, atualmente, é possível recompor uma história dos persas, seja do ponto de vista romano, seja do ponto de vista persa, ou uma história dos povos considerados “bárbaros”, seja do ponto de vista romano, seja do ponto de vista germânico.  Produzir um Projeto de Monografia em História Antiga significa transitar, portanto, por várias áreas do conhecimento, experimentar métodos, técnicas e teorias múltiplas, selecionar documentos diversos em busca de um mundo antigo ainda a se revelar a nós, seja para, numa relação entre presente-passado, descobrirmos mais sobre nós mesmos em relação aos antigos ou mesmo compreendermos mais sobre a antiguidade, a sociedade e os indivíduos que lá viveram, seja para desvelar a significativa diversidade social, cultural, política, econômica e religiosa que todos os seres humanos e as mais  variadas sociedades produziram no tempo e no espaço.

# Bibliografia

- ALLEN, P.** Homilies as a source for Social History. *Studia Patristica*, n. 24, 1991, p. 1–5.
- ALLEN, P.; NEIL, B.; MAYER, W.** Reading the texts: a methodology of approach to genre. In: ALLEN, P.; NEIL, B.; MAYER, W. *Preaching poverty in Late Antiquity: perceptions and realities*. Leipzig: Evangelische Verlagsanstalt, 2009, p. 35–68.
- BARDIN, L.** *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BARROS, J. D'A.** *O projeto de pesquisa em História*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BATISTA, L. V.; VASQUES, M. S.; LIMA, M. V. de.** (Org.). *Caderno de resumos do VIII Encontro de História Antiga no Rio Grande do Norte*. 2014. Disponível em <http://www.cchla.ufrn.br/encontrogtha/Resumos.pdf> Acesso em 28 fev. 2016.
- BLEIBERG, E.** State and Private Enterprise. In: WILKINSON, T. *The Egyptian World*. London/New York: Routledge, 2007, p. 175–184.
- BOWERSOCK, G. W.** The Social and Economic History of the Roman Empire by Michael Ivanovitch Rostovtzeff. *Daedalus*, Vol. 103, n. 1, Twentieth-Century Classics Revisited, 1974, p. 15–23.
- BRIDGE, G.; WATSON, S.** *A Companion to the City*. Oxford: Blackwell Publishing, 2003.
- BUTCHER, K.** *Coinage in Roman Syria – Northern Syria, 64 BC – AD 253*. London: Royal Numismatic Society, 2004.
- BURKE, P.** *Testemunha ocular*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 99–125.
- BURKE, P.** *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.
- BURKE, P.** *A fabricação do rei*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994
- CAMERON, A.** *The Later Roman Empire*. London: Fontana Press, 1993.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.** *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R.** *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.
- CARDOSO, C. F.** *Trabalho compulsório na Antiguidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- CARDOSO, C. F.** *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARVALHO, M. M. de; FUNARI, P. P. A.** Os avanços da História Antiga no Brasil. *História*, v. 26, n. 1, 2007, p. 14–19.
- CHARTIER, R.** *História Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1990.
- DOSSE, F.** *A história em migalhas*. São Paulo: EDUSC, 2003.
- ELEY, G.** Is all the world a text? From Social History to the History of Society two decades later. In: SPIEGEL, G. M. *Practicing History: new directions in historical writing after the 'linguistic turn'*. London: Routledge: 2005, p. 33–61.
- FERREIRA, A.** The legal rights of the women of ancient Egypt. 2004. Disponível em <http://uir.unisa.ac.za/handle/10500/1003> Acesso em 26 de jul. de 2013.
- FINLEY, M. I.** *A economia antiga*. Porto: Afrontamentos, 1980.

- FINLEY, M. I.** *História Antiga: testemunhos e modelos*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FINLEY, M. I.** A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além. In: FINLEY, M. I. *Economia e Sociedade na Grécia Antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 3–24.
- FLOWER, H. I.** *Roman Republics*. New Jersey: Princeton University Press, 2010.
- FISHER, H. G.** *Egyptian women of the Old Kingdom*. New York: The Metropolitan Museum of Art, 2000.
- FUNARI, P. P. A.** *Antiguidade Clássica*. Campinas: Unicamp, 2003.
- FUNARI, P. P. A.** Cidadania, erudição e pesquisas sobre a Antiguidade Clássica no Brasil. *Boletim do Centro do Pensamento Antigo*, n.3, 1997, p. 83–97.
- FUSTEL DE COULANGES, N. D.** *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- GARDINER, A. H.** A lawsuit arising from the purchase of two slaves. *The Journal of Egyptian Archaeology*, v. 21, n. 2, 1935, p. 140–146.
- GEERTZ, C.** *Interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GLOTZ, G.** *A cidade grega*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- GLOTZ, G.** *The Greek City and its institutions*. London: Kegan, Paul, Trench, Trubner & Co., 1929.
- GRIMAL, P.; WOLOCH, G. M.** *Roman cities*. Madison: University of Wisconsin, 1983.
- GUARINELLO, N. L.** *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.
- GUARINELLO, N.** Uma morfologia da história: as formas da história antiga. *Politeia. Vitória da Conquista*, v. 3, n. 1, 2003, p. 41–61.
- GUARINELLO, N. L.** Modelos teóricos sobre a cidade do Mediterrâneo Antigo. In: FLORENZANO, M. B.; HIRATA, E. F. (Org.). *Estudos sobre a cidade antiga*. São Paulo: Edusp, 2009, p. 109–119.
- HORNUNG, E.** Introduction. In: HORNUNG, E. *Ancient Egyptian Chronology*. Leiden: Brill, 2006, p. 1–16.
- HUNT, L.** *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JAEGER, W.** *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- JEW, D.; OSBORNE, R.; SCOTT, M. M. I.** *Finley: an ancient historian and his impact*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.
- JONES, A.H.M.** *The Later Roman Empire 284–602*. Volume I. Baltimore: The Hopkins University Press, 1992.
- JONES, A.H.M.** *The Later Roman Empire 284–602*. Volume II. Baltimore: The Hopkins University Press, 1992.
- JULLIARD, J.** A política. In: LE GOFF, J.; NORA, P. *História: novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180–196.
- LE GOFF, J.** *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1996.
- LIEBESCHUETZ, J.H.W.** The end of the ancient city. In: RICH, J. *The city in Late Antiquity*. London/New York: Routledge, 1992, p. 1–49.
- LUNA, S. V. de.** *Planejamento de pesquisa*. São Paulo: Educ, 2011.
- MARCUS, J.; SABLOFF, J. A.** Introduction. In: MARCUS, J.; SABLOFF, J. A. *The ancient city: new perspectives on urbanism in the old and new world*. Santa Fe: School for Advanced Research Press, 2008.
- MARROU, H-I.** *Sobre o conhecimento histórico*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MATTINGLEY, D.J.; SALMON, J.** *Economies beyond agriculture in the classical world*. London: Routledge, 2001.

- MAYER, W. Homiletics.** In: HARVEY, S. A.; HUNTER, D. *Oxford Handbook of Early Christian Studies*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 565–83.
- MAYER, W.** The homily as a historical document: some problems in relation to John Chrysostom. *Lutheran Theological Journal*, n. 35, 2001, p. 17–22.
- MEYER, R.** *Studies in Classical History and Society*. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- MILLAR, F.** *The Roman Near East, 31 B.C.–A.D. 337*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1993.
- MOMIGLIANO, A.** *As raízes da clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MORLEY, N.** *Theories, Models and Concepts in Ancient History*. London: Routledge, 2004.
- MORRIS, I.** *Archeology as Cultural History: words and things in Iron Age Greece*. Oxford: Blackwell Publishers, 2000.
- MORRIS, I.** Foreword. In: FINLEY, M. I. *The ancient economy*. Berkeley: University of California Press, 1999, p. ix-xxxvi.
- POZZER, K. M. P.; OLIVEIRA, M. A. de O.; PORTO, V. C. (Org.).** *Um outro mundo antigo*. São Paulo: Annablume, 2013.
- PRITCHARD, J. B.** *Ancient Near Eastern relating to the Old Testament*. Princeton/New Jersey: Princeton University Press, 1969.
- RAPP, C.** The Idea of the Ancient Greek Polis in Early Medieval Byzantium: The Ancient City and its Features-Summary. *Athens Dialogues*. 2010. *Democracy and Politeia*. Period Two. Disponível em: <http://athensdialogues.chs.harvard.edu/cgi-bin/WebObjects/athensdialogues.woa/wa/dist?dis=70>. Acesso em 30 nov. 2012.
- RÉMOND, R.** *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- RÉMOND, R.** Por que História Política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 1994, p. 9–19. Disponível em *file:///C:/Users/crist/Downloads/1969-3448-1-PB.pdf* Acesso em 28 fev. 2016.
- ROBIN, R.** *História e Linguística*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 153–172.
- ROSA, C. B.; MARQUES, J. B.; TACLA, A. B.; MENDES, N. M.** *A busca do antigo*. Rio de Janeiro: Nau, 2011.
- SEMERARO, G.** O marxismo de Gramsci. In: JUNIOR, A. B. et. al. *A obra teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 173–189.
- SILVA, É. C. M. da.** *Igreja, conflito e poder no século IV d.C.: João Crisóstomo e o Levante das Estátuas em Antioquia*. 2006. Dissertação. (Dissertação de Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, 2006.
- SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S.** Introduction. In: SCHEIDEL, W.; VON REDEN, S. *The Ancient Economy*. London: Routledge, 2002, p. 1–8.
- SHAW, I.** Introduction: chronologies and cultural change in Egypt. In: SHAW, I. (Ed.). *The Oxford History of ancient Egypt*. Oxford: Oxford University Press, 2000, p. 1–15.
- SOUZA, L. E. S. de.** Uma perspectiva sobre a historiografia econômica quantitativa: notas para uma discussão. *Caminhos da História*, Montes Claros, V. 12, N. 1, 2007, p. 9–27.

**SPRAWSKI, S.** The early temenide kings to Alexander I. In: ROISMAN, J.; WORTHINGTON, I. *A Companion to Ancient Macedonia*. Oxford: Willey-Blackwell, 2011, p. 127–144.i

**STARR, C. G.** Reflections upon the problem of generalization. In: STARR, C. G. *Essays on Ancient History: A Selection of Articles and Reviews*. Leiden: Brill, 1979, p. 15–30.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.** Normalização de referências. Vitória: Biblioteca Central da UFES, 2006.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO.** Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos. Vitória: Biblioteca Central da UFES, 2006.

**VEYNE, P.** *O inventário das diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

**WALLACE-HADRILL, A.** Mutatio morum: the idea of a cultural revolution. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, A. *The roman cultural revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000, p. 3–22.

**WARD-PERKINS, B.** The cities. In: *The Cambridge Ancient History*. Vol. XIII: *The late Empire, A.D. 337–425*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998, p. 371–410.

**WEG, R. M.** *Fichamento*. São Paulo: Paulistana, 2009.

**WOLOCH, G. M.** Preface. In: GRIMAL, P.; WOLOCH, G. M. *Roman cities*. Madison: University of Wisconsin, 1983, p. ix–xiv

## Sobre a autora



**ÉRICA CRISTHYANE MORAIS DA SILVA** é professora de História Antiga no Departamento de História da Universidade Federal do Espírito Santo. Possui Doutorado em História pela UNESP — Franca e é Professora Associada do Laboratório de Estudos sobre o Império Romano, seção Espírito Santo, coordenado pelo Dr. Gilvan Ventura da Silva. — — — — —